



Texto para Discussão 025 | 2021

Discussion Paper 025 | 2021

O Mercado de Trabalho no Brasil nas Crises de 2015/2016 e 2020: Semelhanças e Diferenças

João Saboia

Professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)

Bolsista sênior do CNPq

Camila Rocha

Graduanda do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Victor Nobre Villacorta

Graduando do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Renan Rechuem Lopez Martinez

Graduando do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Igor Masullo Soares

Graduando do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from

<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

O Mercado de Trabalho no Brasil nas Crises de 2015/2016 e 2020: Semelhanças e Diferenças¹

Agosto, 2021

João Saboia

Professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)

Bolsista sênior do CNPq

Camila Rocha

Graduanda do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Victor Nobre Villacorta

Graduando do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Renan Rechuem Lopez Martinez

Graduando do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Igor Masullo Soares

Graduando do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

O principal objetivo do artigo é comparar os efeitos das crises de 2015/2016 e de 2020 sobre o mercado de trabalho destacando suas semelhanças e diferenças. Por outro lado, pretende-se também verificar se as teses dualistas que apontam para o papel contracíclico do setor informal durante as crises funcionam no caso brasileiro. A principal conclusão do estudo é que as duas crises possuem características bem distintas, impactando o mercado de trabalho de forma bastante diferenciada e que, se na primeira ainda seria possível verificar um papel dualista residual de algumas posições na ocupação informais, na segunda o setor informal teve um comportamento pró-cíclico, contribuindo para o aprofundamento das dificuldades do mercado de trabalho.

¹ Este artigo contou com o apoio de uma bolsa de produtividade e de duas bolsas de iniciação científica, sendo uma do CNPq e outra do PIBIC/UFRJ. Os autores agradecem o apoio de Fernanda Baeta Neves no processamento de dados utilizados no artigo.

Abstract

The main objective of the article is to compare the effects of the 2015/2016 and 2020 crises on the labor market, highlighting their similarities and differences. On the other hand, it is also intended to verify whether the dualist theses that point to the countercyclical role of the informal sector during crises work in the Brazilian case. The main conclusion of the study is that the two crises have very different characteristics, impacting the labor market in quite different ways and that, if in the first one it would still be possible to verify a residual dualist role of some informal occupations, in the second the informal sector had a pro-cyclical behavior, contributing to the deepening of difficulties in the labor market.

Palavras-chave: mercado de trabalho; crise; setor informal; trabalho informal; emprego; dualismo.

Keywords: labor market; crisis; informal sector; informal work; employment; dualism.

Classificação JEL: J21; J31; J46; E24; E26; E32.

Introdução

Este trabalho foi motivado por um evento único ocorrido no país e no mundo em 2020 que foi a crise da Covid 19. A dimensão e profundidade da crise despertou a curiosidade de compará-la com as crises anteriores, mais especificamente com a última dos anos 2015/2016, procurando observar suas semelhanças e diferenças.

Além disso, havia o interesse de verificar até que ponto a tese dualista, que aponta para o importante papel do setor informal enquanto absorvedor da população excluída do setor formal durante uma crise, teria aplicação na recente experiência da economia brasileira².

Com esse objetivo, o texto faz ampla utilização da principal fonte de dados disponível para o mercado de trabalho brasileiro, ou seja, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, disponível para período 2012/2020.

O texto está dividido em três seções, além dessa introdução e das conclusões finais. Na próxima seção é feita uma breve análise da evolução do PIB no período, de modo a demarcar seu comportamento e determinar os trimestres em que a crise econômica atingiu o mercado de trabalho. Na seção 2 é desenvolvida uma análise geral da evolução do mercado de trabalho ao longo de 2012/2020, destacando os períodos de crise. Já a seção 3 é reservada para a análise comparativa das duas crises procurando explorar os dados disponíveis na PNADC. O artigo é encerrado com as principais conclusões.

Trata-se de um trabalho exploratório, mais descritivo do que analítico, mas que permite tirar importantes conclusões, mostrando que cada crise possui características próprias que não podem ser resumidas num comportamento padrão. Talvez sua principal conclusão seja mostrar que os eventos são bem mais complexos do que a tradicional tese dualista pode dar conta.

² A visão dualista tradicional foi originalmente proposta por Lewis (1954) e Harris e Todaro (1970). A escola cepalina também costuma interpretar o setor informal como um colchão ou uma esponja para absorver as pessoas que não conseguem ser incorporadas na economia formal.

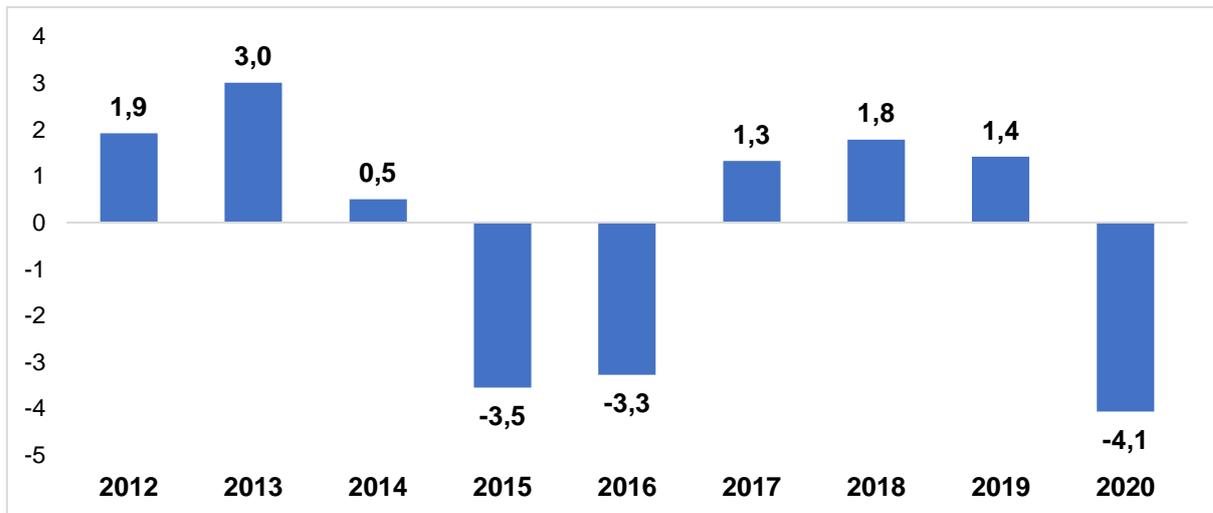
1 Breve Discussão sobre a Evolução do PIB no Período 2012/2020

Nesta seção é feita uma breve discussão sobre a evolução do PIB no período 2012/2020, que serve como pano de fundo para a compreensão do comportamento do mercado de trabalho no período. Conforme amplamente sabido, há uma forte associação entre a evolução da atividade econômica e do mercado de trabalho, que será explorada nas próximas seções. A escolha do período analisado se deve ao fato de que a fonte de dados utilizada para a análise do mercado de trabalho é a PNADC, cujos dados têm início em 2012.

Após a boa performance da economia brasileira no período 2004/2011, exceto em 2009, quando sofreu os impactos da crise internacional, a economia do país passou por diferentes etapas que merecem ser brevemente analisadas. Os anos de 2012 e 2013 foram de nítida desaceleração em relação ao período anterior, com crescimento do PIB de 1,9% e 3,0%, respectivamente. Em 2014, ficaram claras as dificuldades da economia brasileira apresentando crescimento mínimo (0,5%) e apontando para a crise que viria em seguida. Ver **Gráfico 1**.

Nos dois anos posteriores – 2015/2016 – a economia brasileira entrou em uma forte crise econômica, apresentando taxas de crescimento negativas de -3,5% e -3,3% respectivamente. Passados os reflexos da crise, o Brasil demonstrava, ainda que de forma tímida, algum sinal de recuperação. No triênio 2017/2019 o país apresentou taxas positivas, porém modestas. Todavia, a desejada aceleração do crescimento não se consolidou.

Gráfico 1: Taxa de crescimento anual do PIB real – 2012/2020 (%)

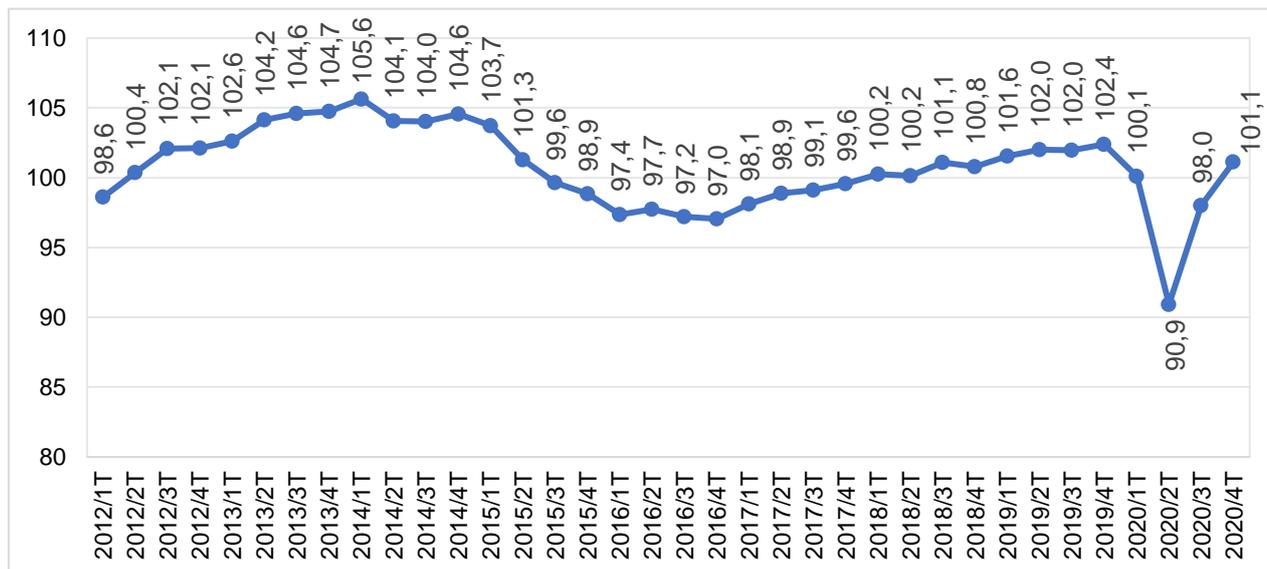


Fonte: Processamento dos autores a partir das Contas Nacionais/IBGE.

Neste cenário, no início de 2020, havia alguma expectativa de maior crescimento para o ano. O que não era esperado, no entanto, era que chegaria ao país, a partir de março, a pandemia da COVID-19. Dessa forma, o pouco crescimento dos anos anteriores, se transformou em uma crise socioeconômica sem precedentes. Com o intuito de controlar a contaminação e mitigar os efeitos da pandemia, foram impostas medidas de isolamento social que afetou significativamente o país, paralisou grande parte da atividade econômica, colocando a economia brasileira em uma das maiores retrações na história econômica do país (-4,1%).

Para detalhar melhor a atividade econômica no período, são considerados os dados trimestrais das Contas Nacionais. Considera-se, inicialmente, a série encadeada, que aponta para o momento exato em que a economia reverte seu comportamento, explicitando as fases de subida e descida. Fica claro que, até T1/2014, a economia vinha em franca expansão, interrompida em 2014, quando inicia uma série de trimestres alternando entre crescimento e queda. A partir de T1/2015, entretanto, o país entra em queda livre, que durou até T4/2016. Este movimento deixa claro, portanto, os efeitos da crise concentrada nos anos de 2015 e 2016. Ver **Gráfico 2**.

Gráfico 2: Série encadeada do índice do PIB trimestral em volume com ajuste sazonal – 2012/2020 (2011/T4 = 100)



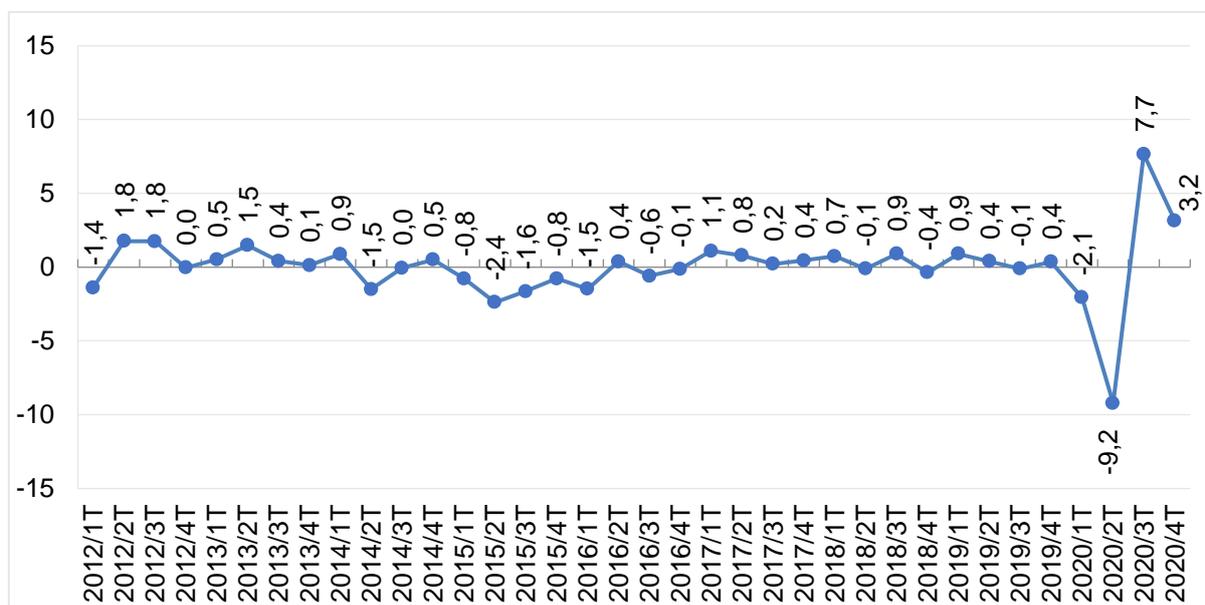
Fonte: Processamento dos autores a partir das Contas Nacionais/IBGE.

Entre T1/2017 e T4/2019, a economia segue uma trajetória ascendente, embora com pequena derivada positiva. Contudo, com a chegada da pandemia no início de 2020, a variação acumulada do PIB cai já a partir de T1/2020, acentuando-se profundamente em T2/2020, confirmando o forte impacto que as medidas sanitárias iniciais de contenção da pandemia causaram na economia brasileira. A partir daí, com as diversas medidas implantadas pelo governo em defesa da manutenção do emprego e da renda - Programa Emergencial de Manutenção da Renda e do Emprego (BEm), na transferência de renda aos mais pobres – Auxílio Emergencial (AE), e de créditos diversos ao setor produtivo, o PIB apresenta sinais de recuperação, com crescimento significativo em T3/2020 e T4/2020.

A fim de um melhor entendimento sobre o trajeto da economia brasileira no período, pode-se também observar sua evolução do ponto de vista trimestral, comparando o PIB em relação ao trimestre anterior do ano corrente e com o mesmo trimestre do ano anterior. Em relação ao primeiro, a economia nacional apresentou taxas positivas em praticamente todos os trimestres de 2012 a 2014. As duas exceções ocorreram em 1T/2012 e 2T/2014. Já em 2015/2016, ocorreu o inverso, com taxas negativas em todos os trimestres, exceto em T2/2016. Nos três anos seguintes, até T4/2019, a regra geral foram taxas de variação

positivas em relação ao trimestre anterior. Dos doze trimestres considerados, em apenas em três elas foram ligeiramente negativas. Com a chegada da pandemia, o movimento se inverte: o ano de 2020 se iniciou com forte queda de 2,1% em T1/2020, acentuada em T2/2020 quando a queda foi de impressionantes 9,2%. Refletindo as medidas implantadas pelo governo, houve crescimento de 7,7% em T3/2020 e nova elevação de 3,2% em T4/2020. Ver **Gráfico 3**.

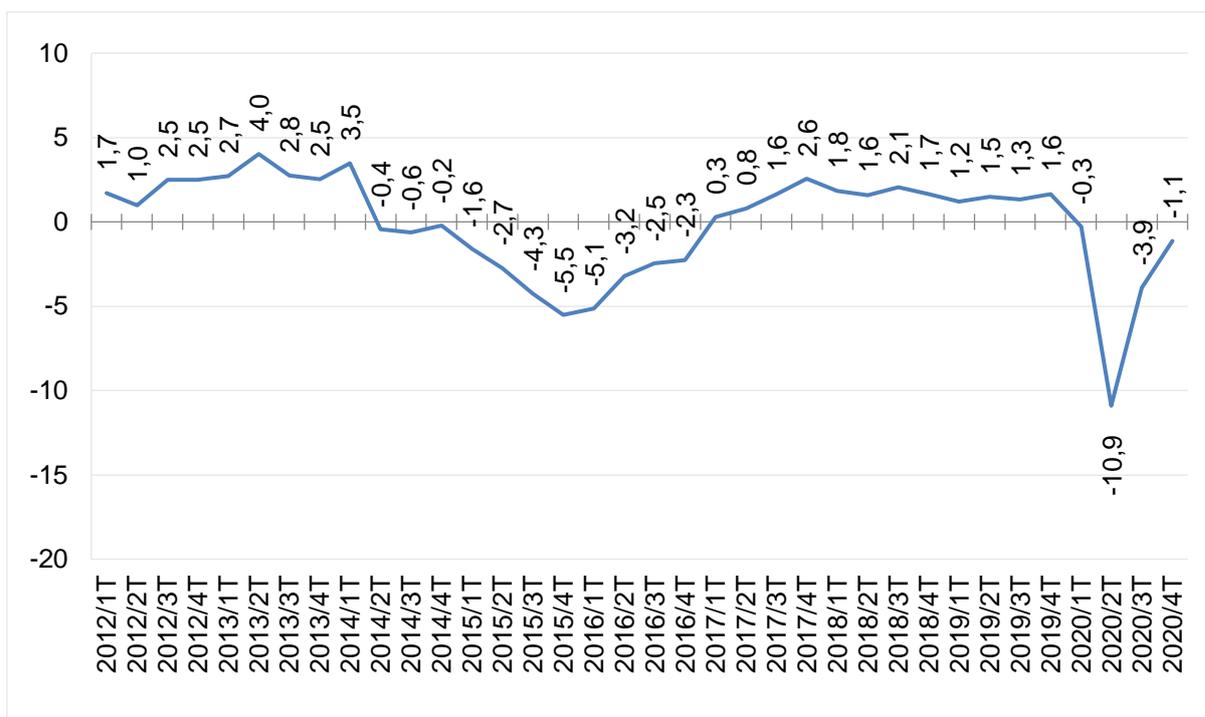
Gráfico 3 - Taxa de crescimento PIB trimestral no ano corrente contra o trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal – 2012/2020 (%)



Fonte: Processamento dos autores a partir das Contas Nacionais/IBGE

Quando comparamos o crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior é possível fazer uma leitura diferenciada para se ter uma ideia do desnível do PIB na comparação interanual. Nesta métrica, é possível observar, por exemplo, o efeito negativo da crise de 2015/16, chegando a uma retração de -5,5% em T4/2015 na comparação com o mesmo período de 2014. De fato, em todo o período de 2015 e 2016, a economia apresentou forte retração frente ao ano anterior. Nos anos seguintes, todavia, ensaiou uma recuperação, de forma ainda tímida, até o início de 2020, quando chegou a pandemia no país. Em T2/2020, a economia chegou a registrar uma retração de 10,9% comparativamente a T2/2019. Ainda que de forma menos acentuada, manteve o nível negativo nos dois trimestres seguintes. Ver **Gráfico 4**.

Gráfico 4 - Taxa de crescimento PIB trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – 2012/2020 (%)



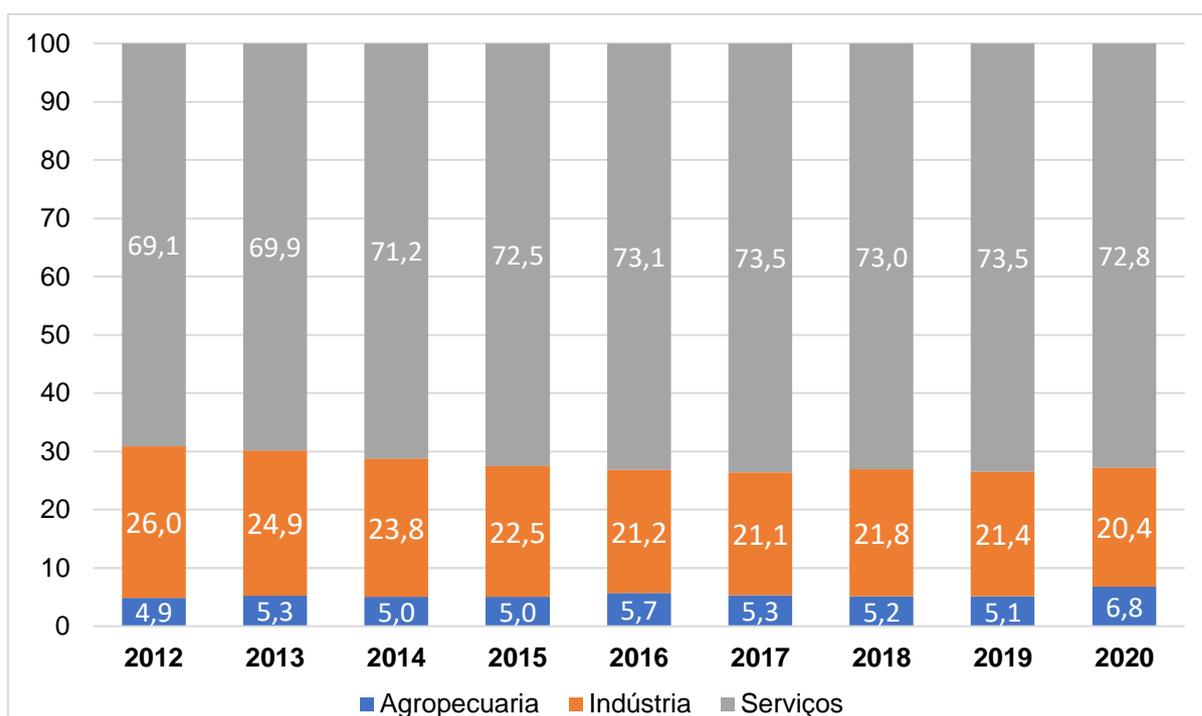
Fonte: Processamento dos autores a partir das Contas Nacionais/IBGE

A partir dos dados trimestrais analisados até aqui foram definidos dois períodos de crise que serão comparados na seção final do texto. O primeiro corresponde ao período que parte de T4/2014 e vai até T4/2016. O segundo, de T4/2019 a T4/2020. É interessante também notar o desempenho dos componentes do PIB ao longo do período, tanto pelo lado da oferta quanto pela demanda. A começar pelo lado da oferta, alguns comentários podem ser esboçados. A tendência geral no período foi de perda de participação da indústria e crescimento dos serviços. Quanto à agropecuária, sua participação se manteve ao redor de 5% a 6%, com tendência de elevação. O salto observado em 2020 deve ser atribuído a seu comportamento atípico em 2020, quando foi praticamente o único setor a passar incólume pela pandemia que atingiu o país.

Um aspecto que se destaca na análise setorial do PIB é o caráter divergente entre a indústria e os serviços. Enquanto o setor de serviços cresceu significativamente ao longo dos anos, ocorreu o inverso com o setor industrial. O setor de serviços chegou a compor 73,5% do PIB em 2017 e 2019, registrando leve redução com a crise em 2020. Ainda

assim, representa percentual significativamente maior do que em 2012 (69,1%). O setor industrial, por sua vez, conforme pode ser observado no **Gráfico 5**, vem apresentando cada vez menos participação no agregado nacional, saindo dos 26,0% em 2012 para uma participação de apenas 20,4% em 2020 – demonstrando uma significativa perda como propulsor no crescimento econômico. Tal evolução tem importantes reflexos sobre o nível de emprego setorial como será visto mais adiante na última seção.

Gráfico 5: Componentes do PIB – lado da oferta – 2012/2020 (%)



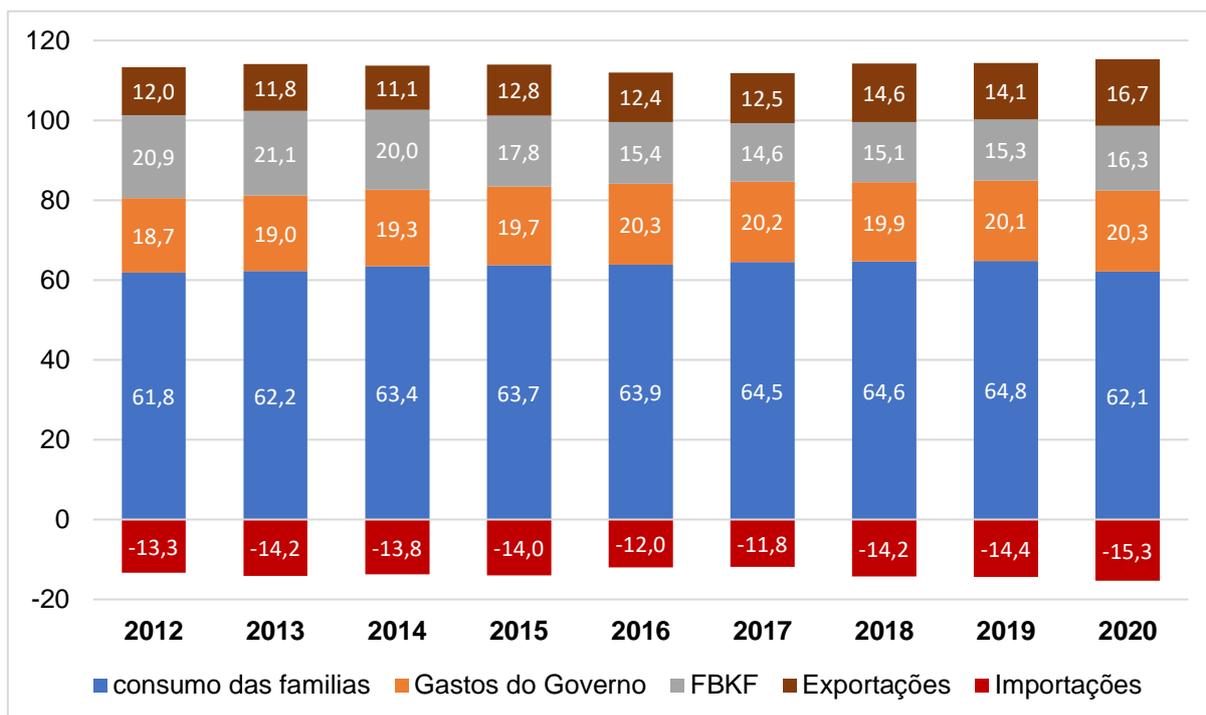
Fonte: Processamento dos autores a partir das Contas Nacionais/IBGE

Nota: O gráfico apresenta apenas a distribuição dos componentes setoriais do PIB sendo excluídos os impostos

Em relação a ótica do PIB visto pelo lado da demanda, é importante ressaltar o grau de importância do consumo no produto nacional ao longo dos anos. De forma geral, tanto os gastos do governo como das famílias, sendo este último o principal motor do crescimento econômico, mostraram certa estabilidade em relação à sua participação no agregado, mantendo sua participação em torno de 20% e pouco mais de 60%, respectivamente. Por sua vez, os demais agregados apresentaram variações mais marcantes. Ver **Gráfico 6**.

Em primeiro lugar, ressalta-se a acentuada queda na participação da FBKF (Formação bruta de capital fixo) no PIB, saindo de aproximadamente 21 % no início da série para uma taxa em torno de 16 % ao final. Isso nos mostra a acentuada queda nos investimentos que o país vem enfrentando ao longo dos anos, com destaque para o período de crise de 2015/2016.

Gráfico 6: Componentes do PIB – lado da demanda – 2012/2020 (%)



Fonte: Processamento dos autores a partir das Contas Nacionais/IBGE

Nota: A variação dos estoques possui participação mínima no PIB tendo sido desconsiderada no gráfico.

Sobre as exportações, nota-se uma trajetória de crescimento de sua parcela no PIB. As importações, por sua vez, seguem uma trajetória relativamente equilibrada com as exportações, em alguns momentos superando e, em outros, sendo superadas por elas.

Em resumo, a economia brasileira apresentou no período analisado diferentes subperíodos, iniciando com crescimento moderado, seguindo-se a crise de 2015/2016, novo crescimento em menor ritmo em 2017/2019 e, finalmente, a crise da COVID 19 em 2020. Após as várias subidas e descidas a economia encerrou o período de oito anos praticamente de volta a seu nível inicial.

2 Caracterização e Evolução do Mercado de Trabalho em 2012/2020

No campo das ciências econômicas existem poucos consensos. Porém, um daqueles aceitos entre as diferentes vertentes do pensamento econômico é que o emprego está diretamente relacionado com o nível da atividade econômica. Na seção anterior analisamos brevemente o comportamento do PIB no período 2012/2020 para mostrar a evolução da atividade econômica. Nesta, discutiremos o comportamento do mercado de trabalho no mesmo período.

Para a análise proposta, será utilizada como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Inicialmente, analisando os grandes agregados, como população dentro e fora da força de trabalho e população ocupada e desocupada, para então prosseguir para a análise das taxas clássicas utilizadas em cada um dos agregados mencionados. Será incorporada à discussão a análise da posição na ocupação da população ocupada, assim como uma análise setorial e de evolução dos rendimentos no período. Por fim, serão analisadas as correlações existentes entre as principais variáveis destacadas.

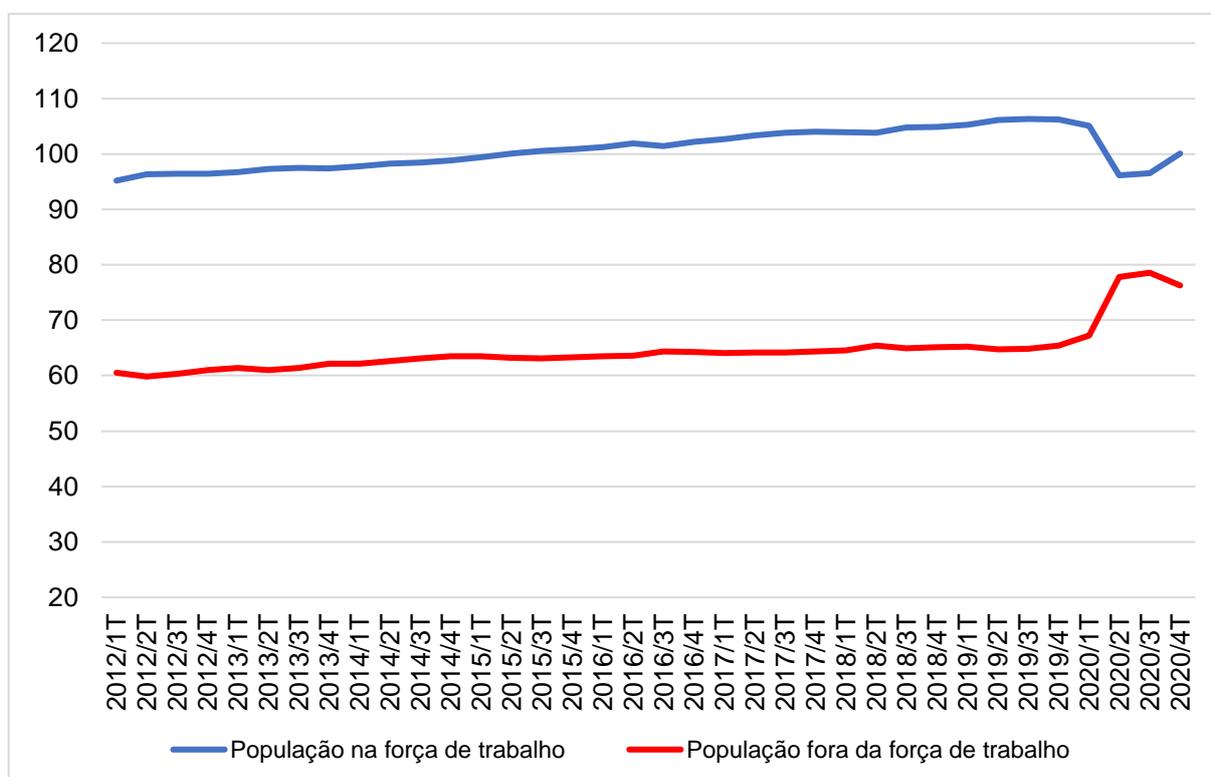
Grandes Agregados

Primeiramente, vamos analisar a variável mais geral do mercado de trabalho no Brasil, que é população na força de trabalho. Também denominada de população economicamente ativa (PEA), a força de trabalho é constituída pelas pessoas com mais de 14 anos que estão ocupadas ou que estão procurando alguma ocupação. Os que estão fora dessa categoria são caracterizados como fora da força de trabalho.

Por se tratar de uma categoria que abarca uma grande massa da população brasileira, não costuma haver grandes variações nessas categorias - normalmente acompanham o crescimento vegetativo da população com pequenas flutuações. O que ocorre com frequência é a alternância no interior da força de trabalho entre pessoas ocupadas ou desocupadas - a depender da flutuação da atividade econômica. O comportamento da

força de trabalho está apresentado no **Gráfico 7**. Sua evolução foi relativamente suave até a crise do coronavírus em 2020, quando a força de trabalho apresentou forte queda, resultando em aumento significativo da população fora da força de trabalho. De fato, a crise causada pela COVID-19 foi distinta de qualquer outra crise econômica convencional do país. A crise iniciada em 2020 levou a grande parte da população economicamente ativa a sair da força de trabalho, seja por não conseguir encontrar emprego e desistir de procurar ou para se resguardar diante das medidas sanitárias para conter o contágio do vírus. Razafindrakoto et al (2021) analisou seis crises econômicas no país a partir dos anos 1980 e chegou à mesma conclusão.

Gráfico 7: População na força de trabalho x População fora da força de trabalho – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



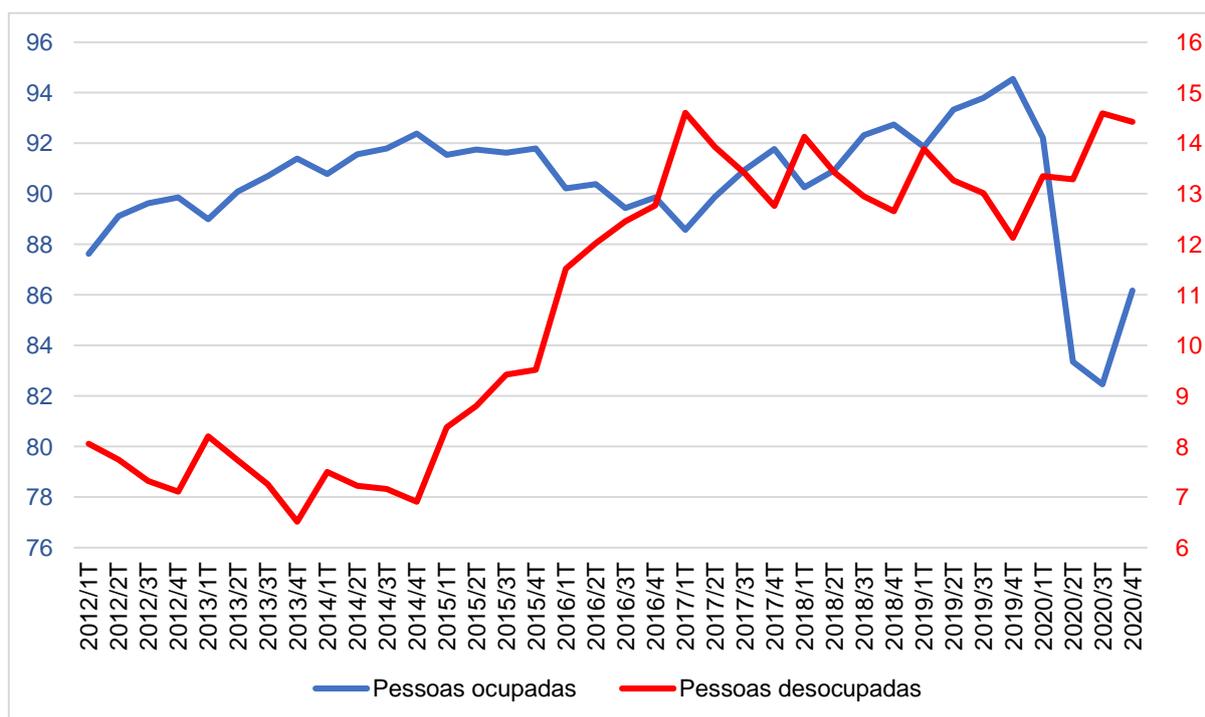
Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Dando prosseguimento, será analisada a composição de ocupados e desocupados dentro da força de trabalho. Essas duas variáveis se mostram perfeitamente simétricas, podendo, entretanto, haver uma pequena defasagem entre o aumento dos desocupados e a queda dos ocupados, e vice-versa conforme o **Gráfico 8**. Entretanto, o tamanho do crescimento de uma não é obrigatoriamente igual ao tamanho da queda da outra – resultando, nesses

casos, em mudanças no tamanho da força de trabalho. Isso é muito claro na crise de 2020 em que a queda dos ocupados foi muito superior ao crescimento dos desocupados.

Em linhas gerais, a análise dos ocupados e desocupados no mercado de trabalho apontam para o número bem menor de desocupados no mercado de trabalho até o fim de 2014. A partir de 2015 houve uma inflexão e forte crescimento dos desocupados saltando de 6 milhões para 14 milhões de desocupados nos dois anos de crise. Já pela ótica dos ocupados observamos uma flutuação mais lenta, ou seja, a queda a partir do fim de 2014 ocorreu de uma maneira mais suave - em comparação ao crescimento dos desocupados - caindo dos 92 milhões de ocupados para em torno de 88 milhões no primeiro trimestre de 2017³. Após esse vale, o número de ocupados se recupera ano após ano atingindo seu ápice no fim de 2019. Contudo, o número de desocupados permaneceu bastante elevado, caindo relativamente pouco.

Gráfico 8: Pessoas ocupadas x Pessoas desocupadas – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



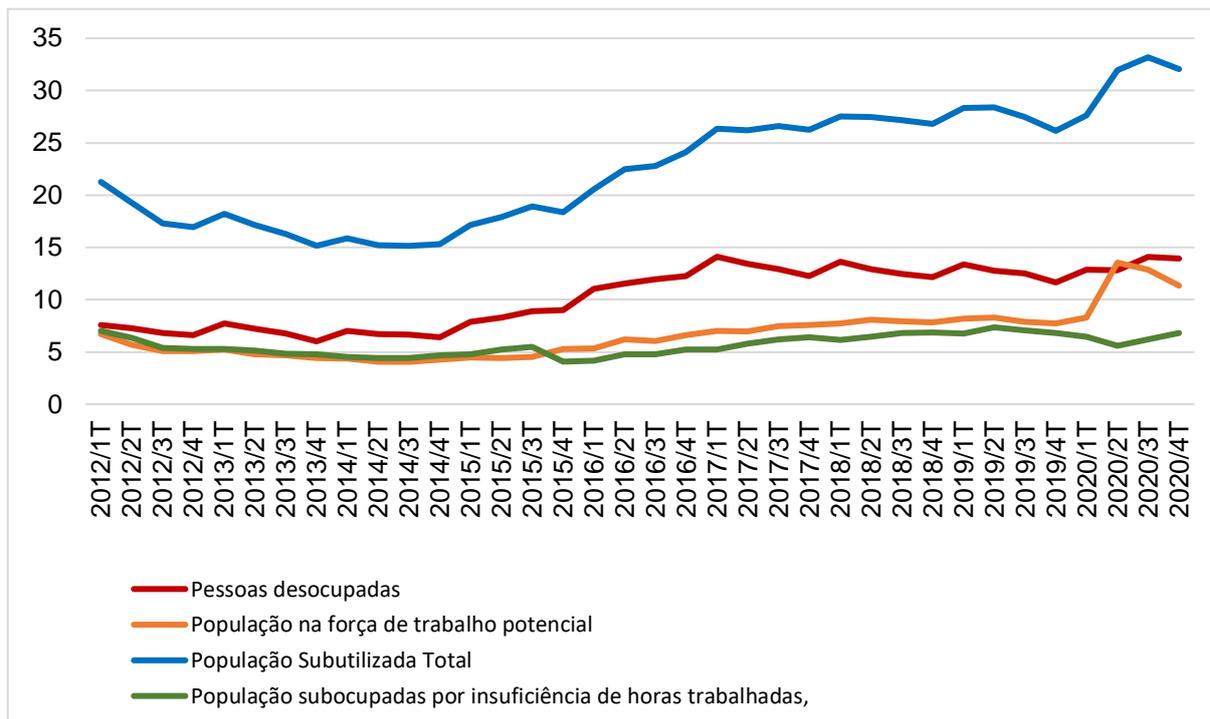
Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

³ O crescimento dos desocupados acima da queda dos ocupados foi resultado do aumento da força de trabalho pressionada pela entrada de novos participantes num período de crise econômica.

Analisando de forma mais ampla a subutilização da mão de obra, podemos ampliar o seu espectro pegando, além dos desocupados, os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial (pessoas que desejariam trabalhar, mas que por alguma razão permanecem fora da força de trabalho), chegando ao conceito de população subutilizada. O **Gráfico 9** ilustra os componentes da população subutilizada.

Em primeiro lugar, vale salientar a alta quantidade de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (menos de 40 horas semanais) evidenciando o caráter estrutural da informalidade no mercado de trabalho. A sua trajetória se mantém relativamente estável até 2015 quando a crise econômica impõe um crescimento dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas juntamente com a força de trabalho potencial. Com o baixo crescimento da economia a partir de então, o número de desocupados permanece elevado, enquanto os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial continuam a crescer. Em 2020, a força de trabalho potencial explode com a impossibilidade de muitos trabalharem em decorrência dos efeitos da pandemia da Covid-19. Uma hipótese plausível é que tenha ocorrido uma migração de parte dos subocupados para aqueles na força de trabalho potencial. O resultado de todos esses movimentos se expressa em uma massa de mais de 30 milhões de trabalhadores na população subutilizada no final do período.

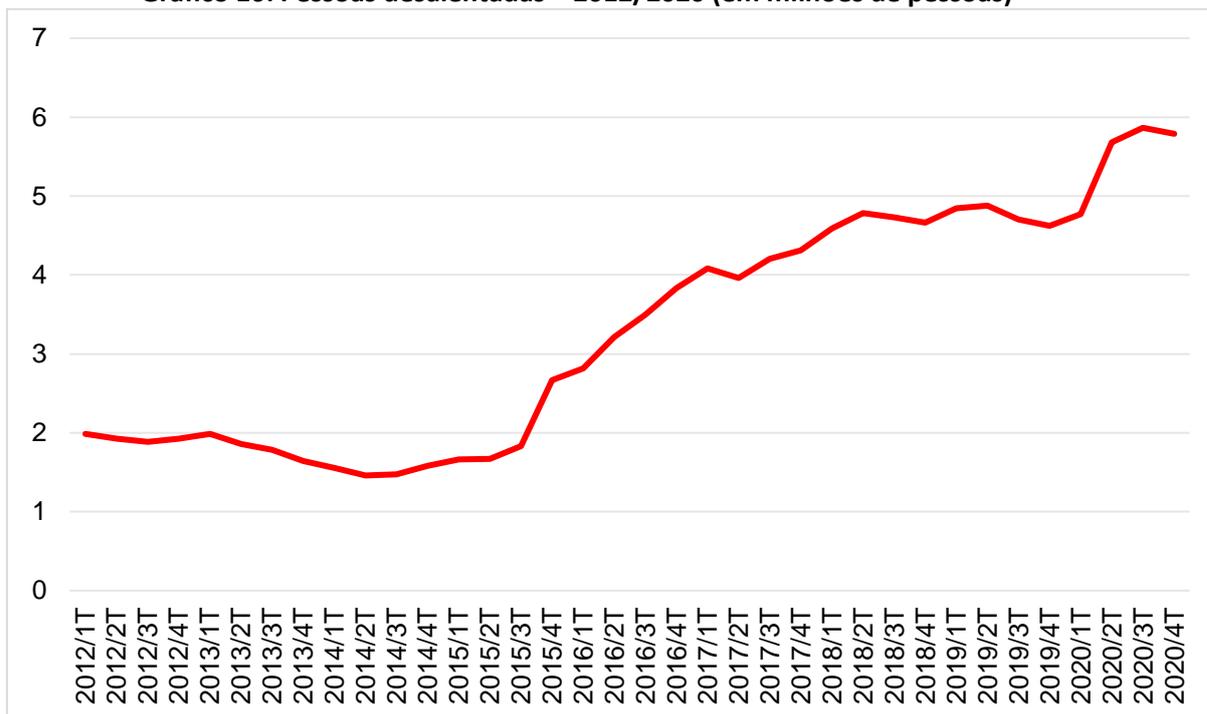
Gráfico 9: População subutilizada e suas componentes – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Vale a pena destacar um grupo importante da força de trabalho potencial que são os desalentados, ou seja, aqueles que estão disponíveis, gostariam de trabalhar, mas por conta da falta de empregos no mercado desistiram de procurar. Nota-se que, ao longo da série histórica, o número de desalentados apresentava uma trajetória de queda até 2014, seguindo-se um aumento gradual em 2015 e, a partir de 2016, quando esse número aumenta de forma vertiginosa, praticamente triplicando entre o início e o fim da série (2012-2020). O número de desalentados do mercado de trabalho brasileiro - inicialmente em torno de 2 milhões de trabalhadores - saltou para cerca de 6 milhões de trabalhadores em 2020. Esse resultado mostra a inequívoca falta de perspectiva do trabalhador brasileiro, aprofundada pela recessão e lenta recuperação da economia brasileira no referido período. Ver **Gráfico 10**.

Gráfico 10: Pessoas desalentadas – 2012/2020 (em milhões de pessoas)

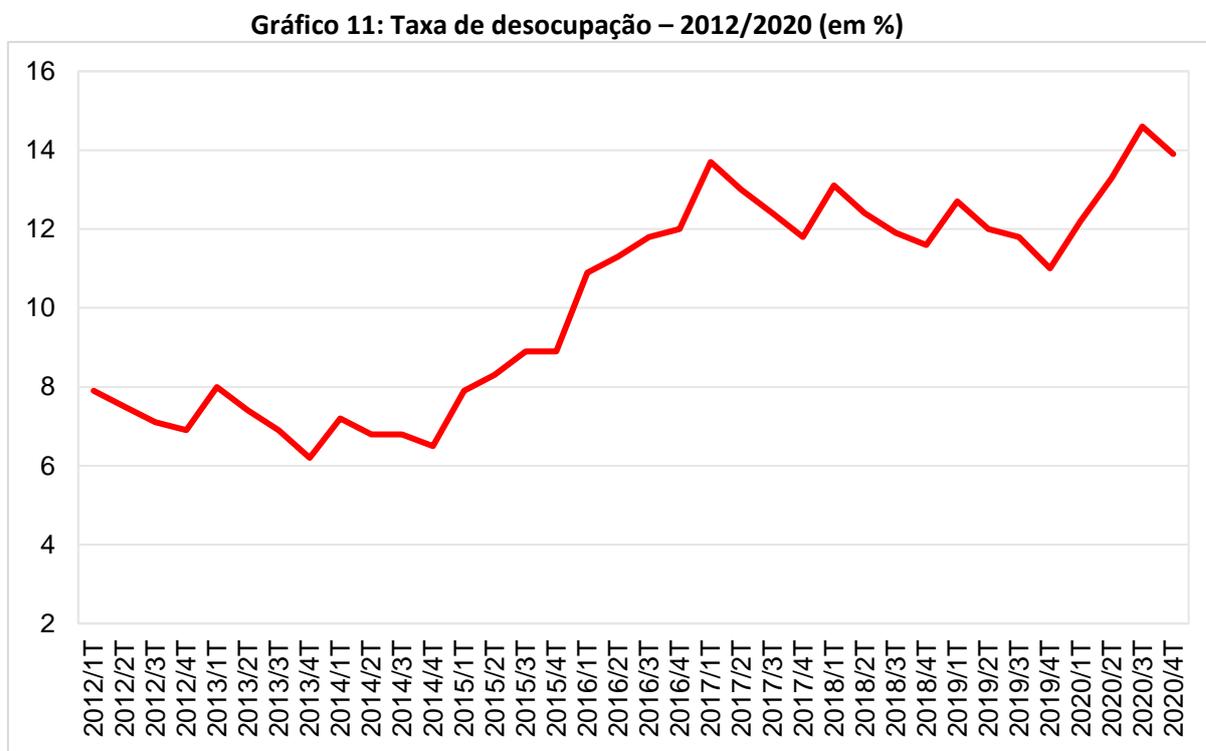


Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Taxas

Após a análise dos principais agregados populacionais do mercado de trabalho, vale a pena abordar as taxas clássicas de alguns desses agregados. Seguiremos nossa análise falando a respeito daquela que usualmente é a mais utilizada em estudos sobre o mercado de trabalho - a taxa de desocupação. No que tange à variável, nota-se uma nítida trajetória de crescimento. A partir de 2015, ocorreu um aumento da taxa de desemprego, batendo sua máxima histórica no 1º trimestre de 2017. Isso nos mostra que a desaceleração de 2014 e os seus reflexos nos anos posteriores (2015/2016), foram as principais precursoras para esse aumento desenfreado do desemprego. Entretanto, ao longo de 2017/2019, o mercado de trabalho mostrou uma leve recuperação, com a taxa de desemprego se reduzindo e voltando a apresentar seu movimento típico sazonal dentro de cada ano, aparentando estar voltando à “normalidade”, ainda que níveis muito superiores aos anteriores à crise. Contudo, com a chegada da pandemia no Brasil, a suposta volta à normalidade esperada pós 2019 não se efetiva, fazendo com que a taxa de desocupação cresça novamente – não só aumentando de maneira significativa, como ultrapassando o

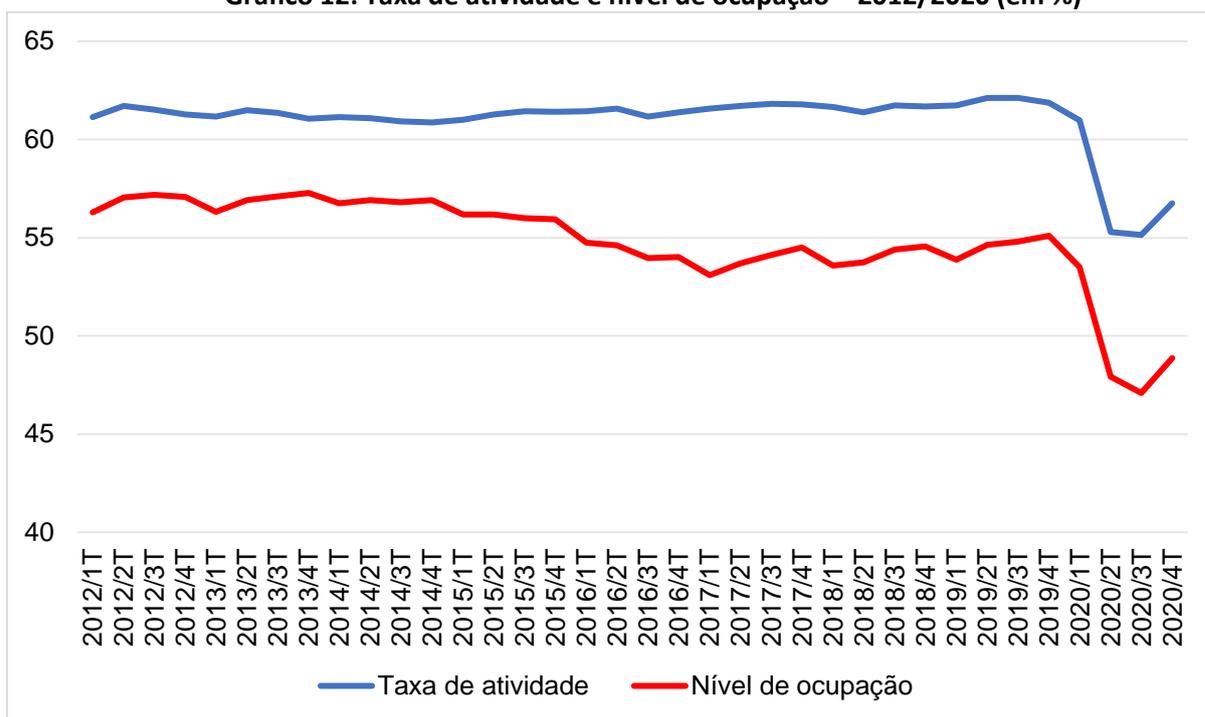
valor máximo anterior, atingindo a máxima histórica de 14,6% no 3º trimestre de 2020. Ver **Gráfico 11**.



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Uma outra discussão que vale a pena ser destacada é referente às taxas de atividade e aos níveis de ocupação no mercado de trabalho. Em relação à taxa de atividade, composta pela razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA), apresentou um comportamento relativamente homogêneo ao longo da série histórica, sofrendo forte queda apenas 2020. Em contrapartida, o nível de ocupação, que corresponde à razão entre os ocupados sobre a PIA, já vinha caindo gradativamente durante a crise anterior. A crise atual, no entanto, acelerou essa queda de forma intensa. Nota-se, conforme o **Gráfico 12**, que as duas taxas apresentaram pequena recuperação no último trimestre de 2020.

Gráfico 12: Taxa de atividade e nível de ocupação – 2012/2020 (em %)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

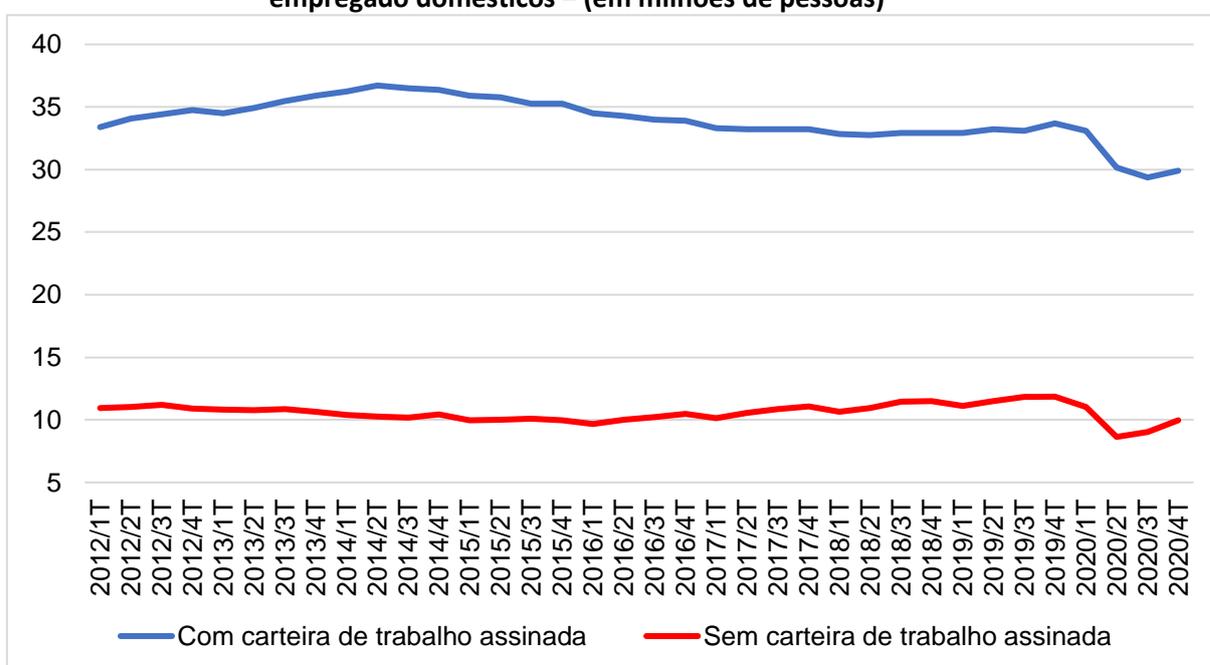
Posição na Ocupação

Nesta seção são analisadas as diversas posições na ocupação da população ocupada, mostrando uma grande diversidade de formas de inserção no mercado de trabalho. São considerados doze grupos: empregados no setor privado com e sem carteira assinada; trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada; empregados do setor público com e sem carteira assinada; militares e funcionários públicos estatutários; empregadores e trabalhadores por conta própria contribuintes ou não para a previdências social; e trabalhadores familiares. Essas informações, além de seu interesse imediato, servem também para caracterizar a população inserida no setor formal ou informal.

Iniciando a análise da posição na ocupação pelos empregados no setor privado, excluído o trabalho doméstico, podemos ter uma boa ideia do comportamento desse setor como um todo. Os empregados com carteira representam o componente principal do setor privado e do setor formal. Tais empregados apresentaram tendência de crescimento até 2014, quando foi revertida, passando a sofrer queda até 2017. Nos dois anos seguintes

mostrou certa estabilização, despencando em 2020 com a nova crise. Por sua vez, sobre os sem carteira, é possível ver uma tendência de queda até 2016, quando ocorre uma inflexão, e então há um forte crescimento no emprego sem carteira até 2019. É possível perceber que no período de crise anterior, entre 2014 e o início de 2016, as duas categorias andaram juntas em queda. Nos demais períodos, os sem carteira e com carteira do setor privado apresentaram movimentos em direções opostas. Na crise de 2020, o emprego com e sem carteira despencou. Em outras palavras, o movimento do emprego com e sem carteira parece apresentar comportamentos inversos em período “normais” e similares em períodos de crise econômica. Ver **Gráfico 13**.

Gráfico 13: Empregados com e sem carteira assinada no setor privado 2012/2020 - excluindo empregado domésticos – (em milhões de pessoas)



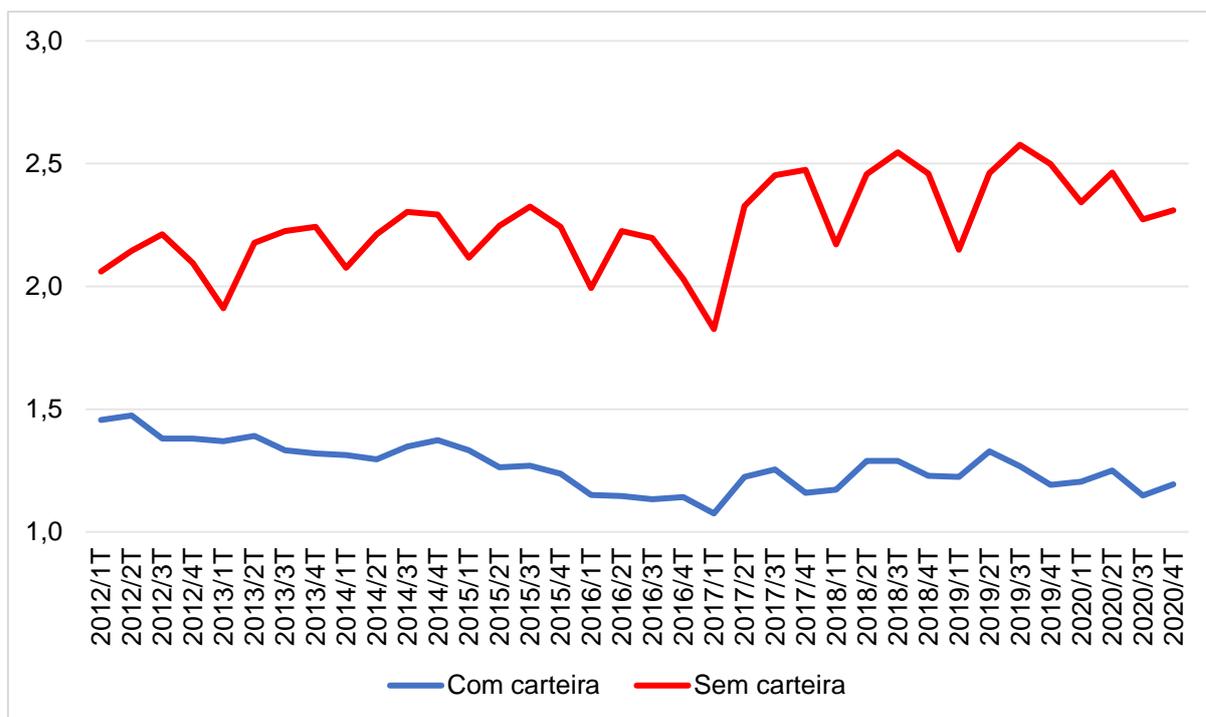
Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Iniciamos a análise do setor público, explorando seus empregados com e sem carteira de trabalho assinada. Os primeiros apresentam uma clara tendência de queda durante a maior parte do período analisado, mostrando redução de cerca de 21% no período como um todo. A partir de 2017, entretanto, apresentam certa estabilidade. Quanto aos sem carteira, há um caráter sazonal marcante ao longo dos anos. É possível perceber a manutenção do número de ocupados sem carteira no setor público dentro de uma banda relativamente estável até 2017, experimentando uma subida de nível a partir de então. Da mesma forma

que no setor privado, as duas categorias de empregados no setor público experimentaram forte queda em 2020. Ver **Gráfico 14**.

Pode parecer estranho que haja mais empregados no setor público sem carteira do que com carteira assinada. A maior parte desses empregados sem carteira está lotada no setor público municipal em funções políticas ou de assessoramento, muitos deles com cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS). É possível também que parte deles tenha sido incluída nesse grupo de forma equivocada por conta dos informantes da PNADC, sendo na realidade funcionários públicos e, portanto, do Regime Jurídico Único (RJU) sem carteira assinada.

Gráfico 14: Empregados no setor público com e sem carteira de trabalho assinada – 2012/2020 (em milhões de pessoas)

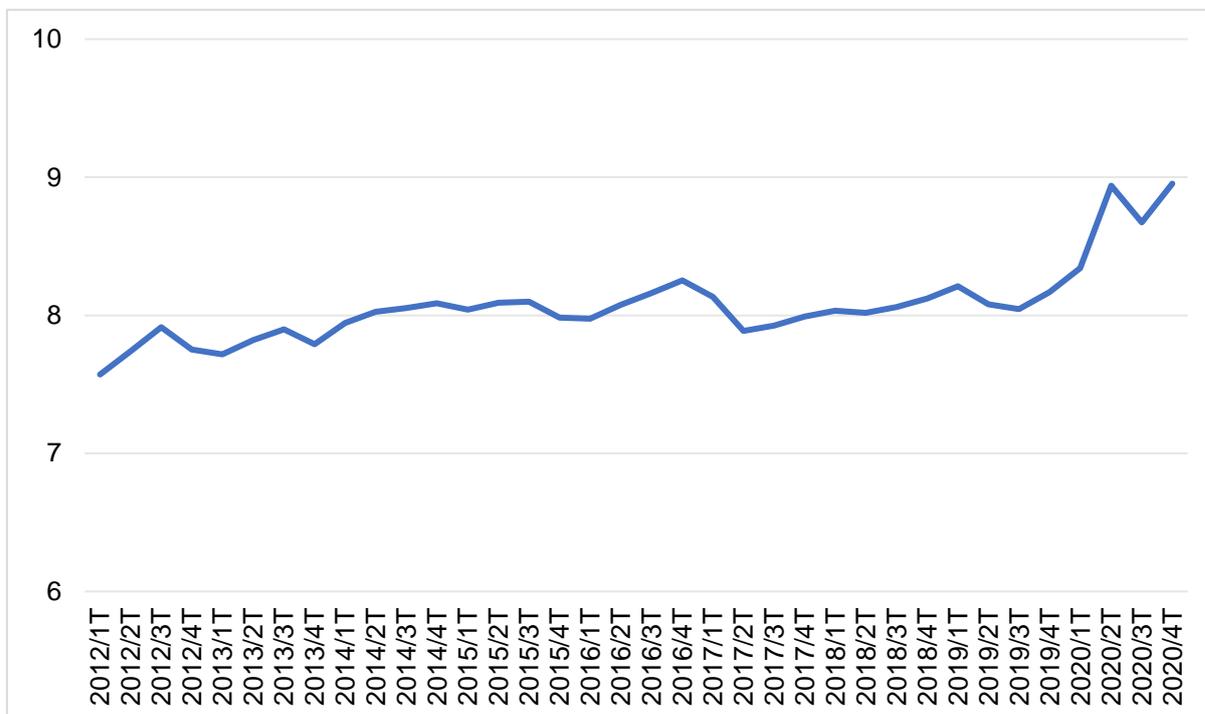


Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Os militares e funcionários públicos estatutários representam uma posição na ocupação completamente distinta das demais na medida em que possuem direitos diferenciados e se submetem a uma lógica distinta de contratação e dispensa. É possível perceber com clareza uma tendência de crescimento deste grupo ao longo do período, acelerando-se em

2019 e início de 2020. Parte do aumento observado em 2020 poderia ser atribuída à necessidade de contratação de pessoal na área de saúde por conta da crise sanitária que o país enfrentou naquele ano. Ver **Gráfico 15**.

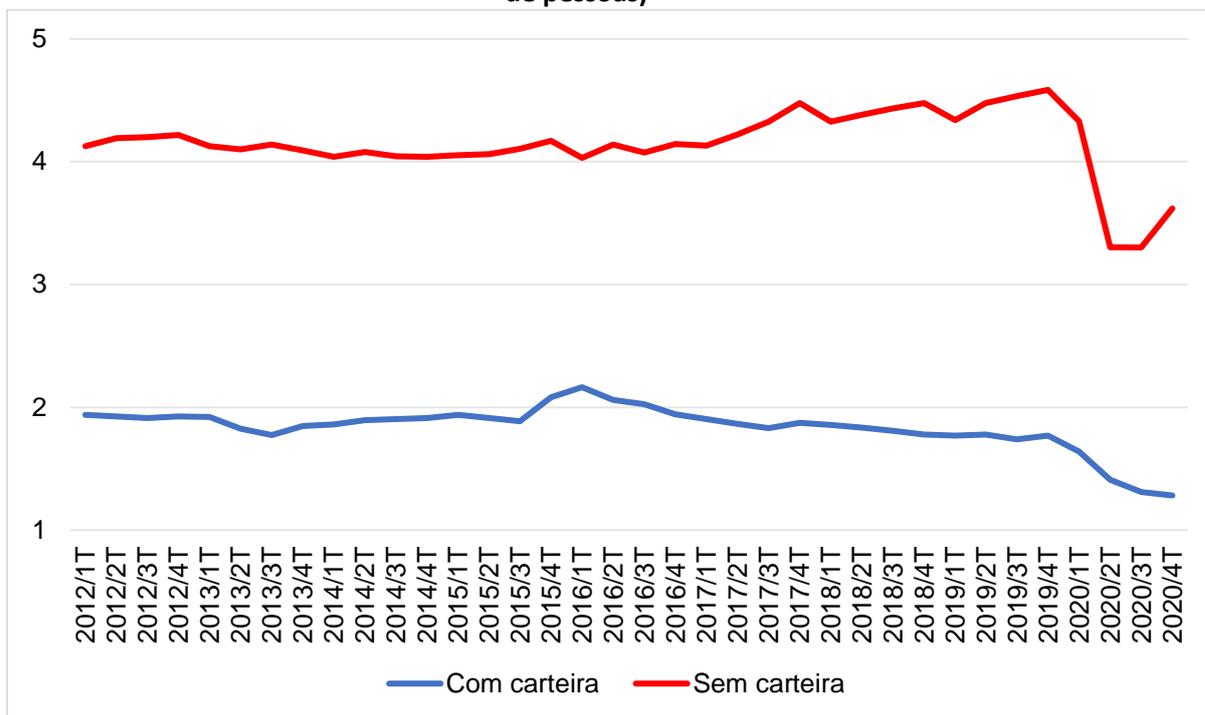
Gráfico 15: Empregado no setor público - militares e funcionários públicos estatutários – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Em relação ao trabalho doméstico, pode-se também analisá-lo de maneira desagregada, o que, por sua vez, aprimora o entendimento do segmento, comparando-os de acordo com seus dois subgrupos (com e sem carteira assinada). Os sem carteira são francamente majoritários no emprego doméstico. Nota-se uma certa estabilidade nos dois grupos do trabalho doméstico até a crise de 2015/2016, a partir de quando o sem carteira tende a aumentar enquanto o com carteira tende a diminuir. Na crise de 2020, entretanto, houve forte queda do emprego doméstico, tanto com ou sem carteira assinada. De forma geral, a partir da crise de 2015/2016, o emprego doméstico parece seguir o comportamento do emprego no setor privado analisado anteriormente. Em 2020, no entanto, nos últimos trimestres do ano os empregados domésticos sem carteira ensaiam uma recuperação enquanto os com carteira permanecem em queda. Ver **Gráfico 16**.

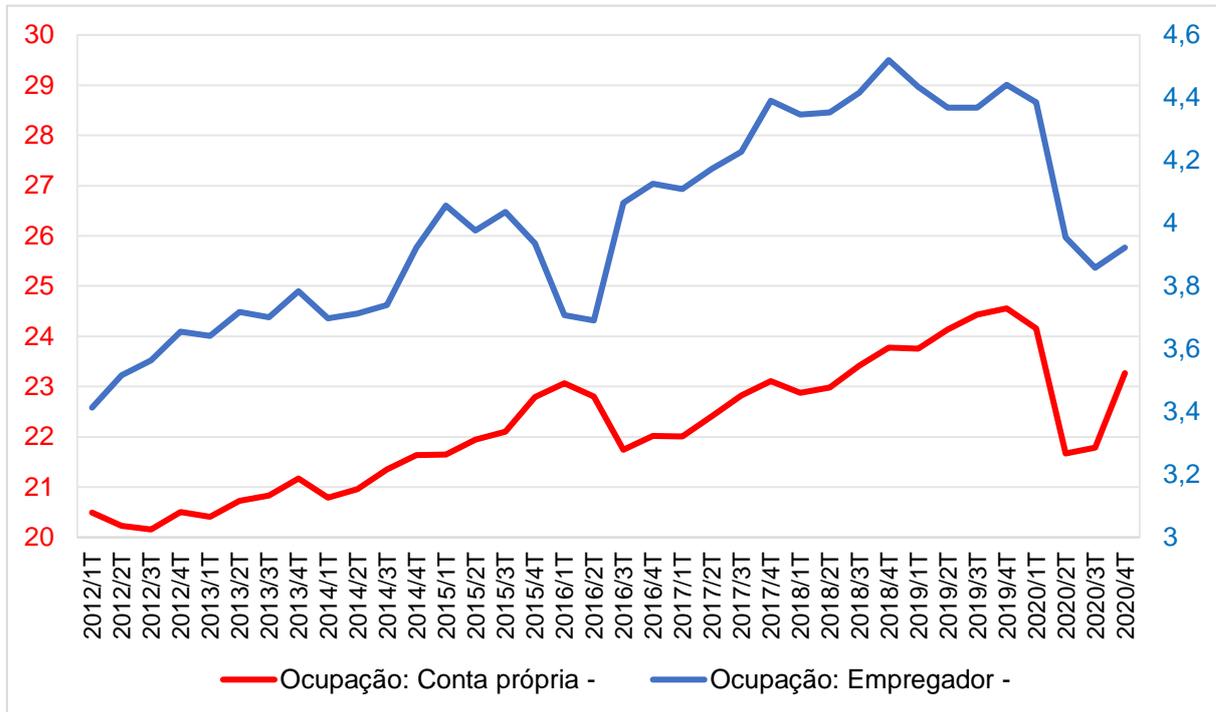
Gráfico 16: Trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Os trabalhadores independentes são constituídos pelos conta própria e empregadores. A análise simultânea dos dois grupos mostra dimensões bem distintas, mas também algumas similaridades. Os trabalhadores por conta própria são seis vezes mais numerosos que os empregadores. A evolução do número de trabalhadores ao longo dos anos foi bastante semelhante mostrando um crescimento paralelo na maior parte do período (comprovada pela forte correlação entre os dois grupos como será visto mais adiante). Apenas na crise de 2015/2016 os comportamentos se inverteram com aumento de conta própria e queda de empregadores, o que provavelmente seria resultado da transformação de empregadores em trabalhadores por conta própria a partir da dispensa de seus empregados. Na crise de 2020, entretanto, os dois grupos foram igualmente atingidos com forte redução na ocupação, conforme o **Gráfico 17**.

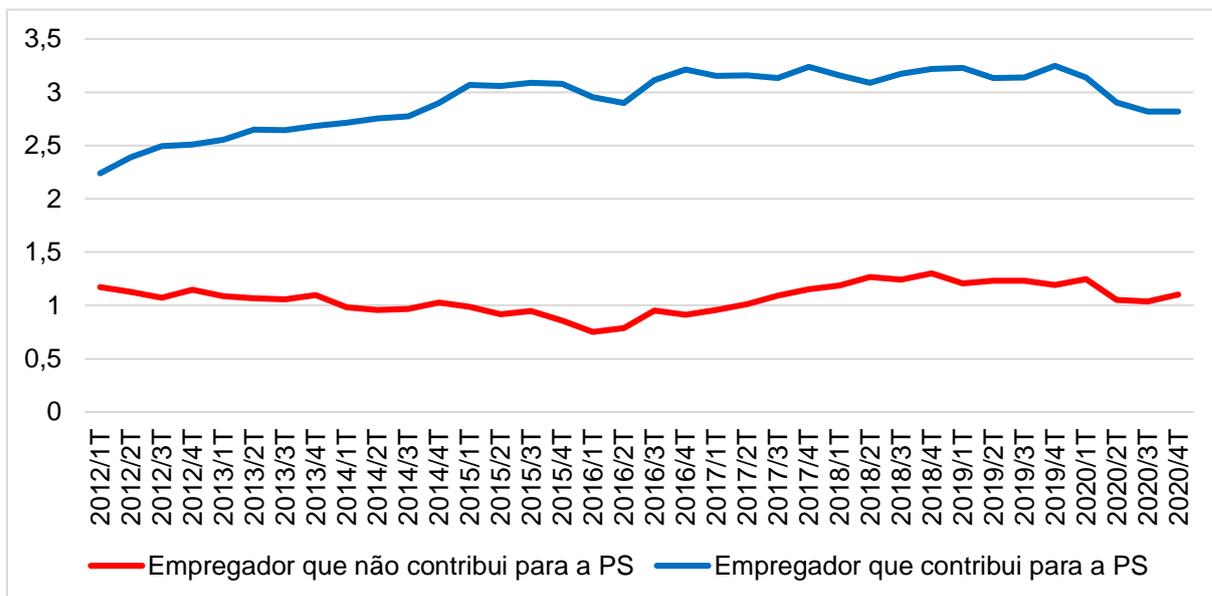
Gráfico 17: Ocupados Conta Própria x Empregadores – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Os dois grupos de trabalhadores independentes possuem especificidades e optamos por considerar separadamente aqueles que contribuem ou não para a previdência social para termos uma proxy dos formais e informais ao longo do período. Os empregadores contribuintes são muito mais numerosos que os não contribuintes. Inversamente, os conta própria contribuintes são muito menos numerosos que os contribuintes. Olhando primeiramente os empregadores vemos que até a crise de 2015/2016 houve crescimento dos contribuintes e queda dos não contribuintes. Nos anos seguintes, talvez por conta do baixo crescimento econômico, a parcela de contribuintes estagnou enquanto os não contribuintes aumentaram. Finalmente, a crise de 2020 pegou forte os dois grupos que sofreram grande queda, segundo o **Gráfico 18**.

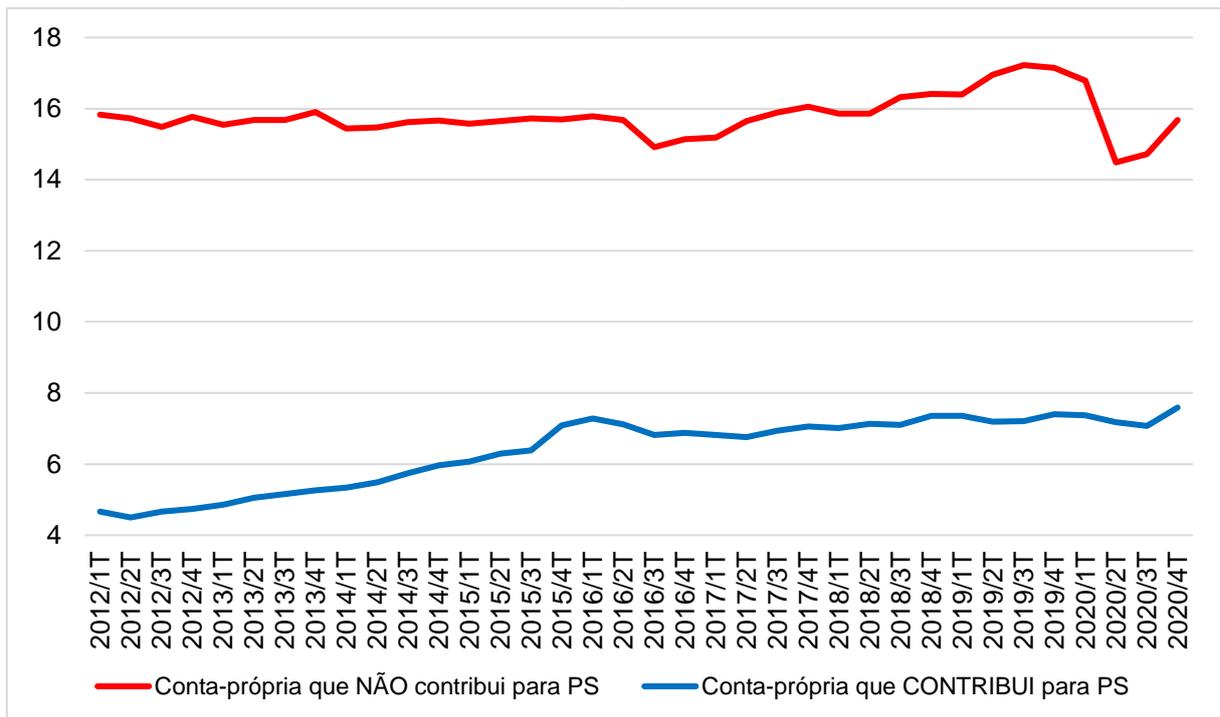
Gráfico 18: Empregadores que contribuem ou não para a previdência social – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Provavelmente por conta da criação da figura do microempreendedor individual (MEI), os trabalhadores por conta própria contribuintes apresentaram aumento em praticamente todo o período, inclusive nos momentos de crise, mantendo-se em nível relativamente elevado mesmo na crise de 2020. Já os não contribuintes, permaneceram aproximadamente estáveis até meados da década, crescendo nos anos seguintes até 2019 e sofrendo fortemente os efeitos da crise de 2020. O **Gráfico 19** ilustra sua evolução.

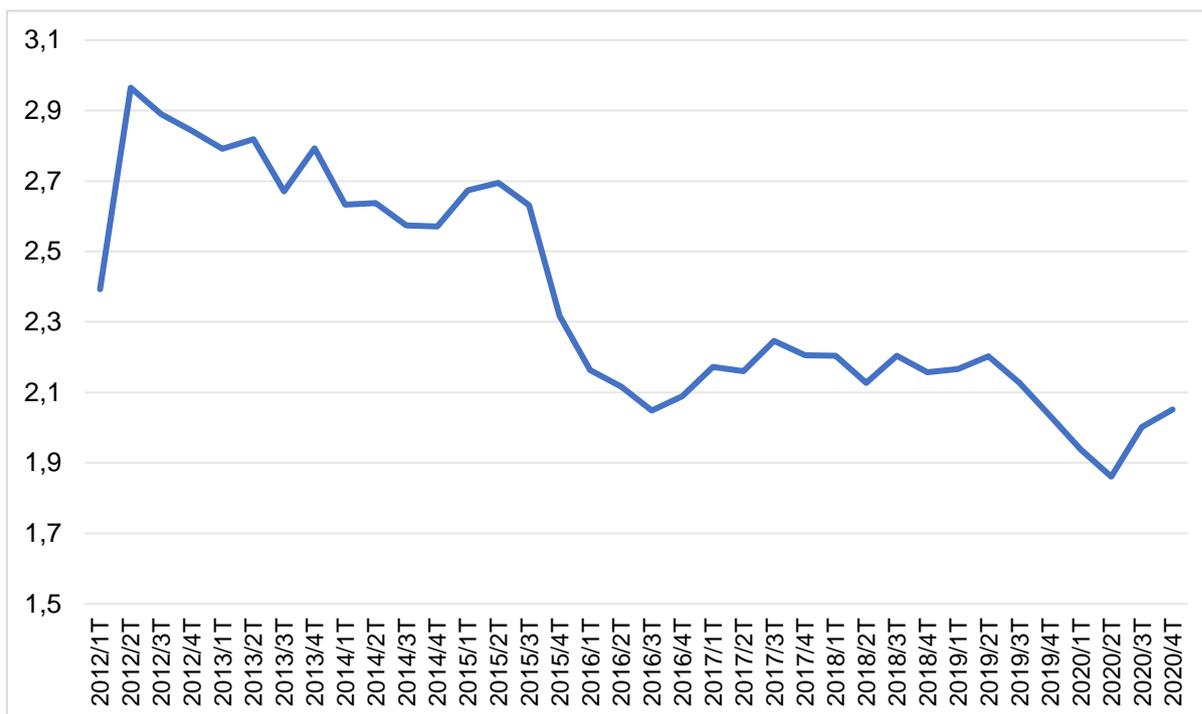
Gráfico 19: Conta própria que contribuem ou não para a previdência social – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Finalizando a discussão da posição na ocupação, ao analisarmos os trabalhadores familiares ao longo do período 2012/2020 observamos uma clara tendência de queda. Esse grupo de trabalhadores é relativamente reduzido, atuando no setor informal em pequenas unidades produtivas muitas vezes voltadas a atividades de subsistência. O próprio desenvolvimento econômico favorece a redução desse grupo minoritário no mercado de trabalho. O **Gráfico 20** ilustra sua evolução.

Gráfico 20: Trabalhador auxiliar familiar – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Trabalho Formal x Informal

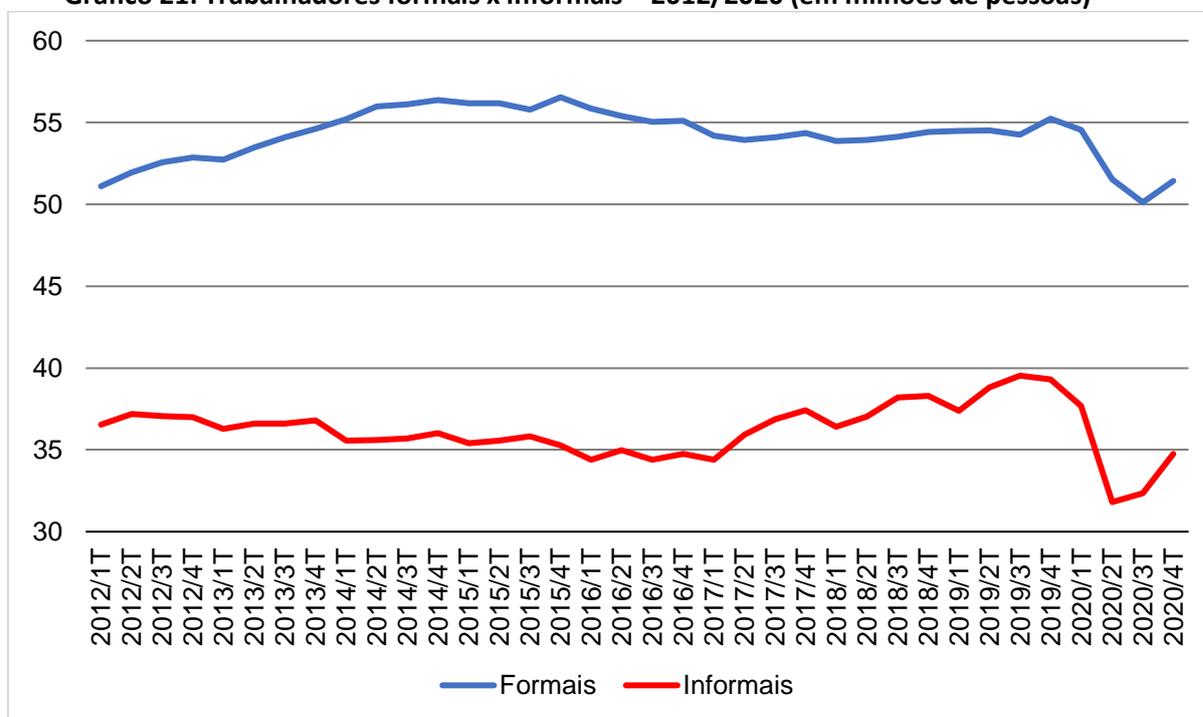
As noções e definições em torno da informalidade são diversas. No Brasil, com a exigência da legislação de que todo trabalhador assalariado possua carteira de trabalho (CLT) e respectivos direitos trabalhistas, o escopo de definições ficou mais delimitado (Ulyssea, 2006; Leone, 2006). Entre as várias definições, no Brasil existem duas principais com possibilidade de mensuração a partir dos dados do IBGE: (i) que consideram empregados sem carteira assinada, conta-própria e empregadores sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar; e (ii) que consideram empregador sem carteira assinada, conta-própria e empregadores que não contribuem para a previdência social e trabalhador familiar auxiliar. A única diferença entre elas está na definição dos independentes (conta-própria e empregadores), onde uma considera cadastro no CNPJ e outra a contribuição para a previdência social (Roubaud et al, 2020).

Nesta seção é apresentada uma estimativa de dimensionamento do trabalho formal e informal e sua evolução no período 2012/2020. Assim, são considerados como formais

os empregados dos setores privado ou público com carteira assinada, os trabalhadores domésticos com carteira assinada, os militares e funcionários públicos estatutários, e os empregadores e trabalhadores por conta própria contribuintes para a previdência social. Os demais trabalhadores fazem parte do conjunto de informais: empregados dos setores público e privado sem carteira assinada; trabalhadores domésticos sem carteira assinada; empregadores e trabalhadores por conta própria não contribuintes para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares.

A partir do **Gráfico 21**, nota-se uma trajetória quase simétrica entre o trabalho formal e informal ao longo dos anos. Ou seja, enquanto até meados de 2014, o formal crescia significativamente, o informal apresentava-se em queda. Contudo, após esse período inicial, os papéis se invertem, com o número de informais crescendo exponencialmente, enquanto as ocupações formais apresentam-se em queda seguida de estabilidade até 2019. No ano de 2020, ambos os segmentos sofrem de forma brusca com a chegada da pandemia no Brasil, sendo a queda relativamente mais intensa entre os informais do que entre os formais. Essa forte queda dos informais em 2020 é uma característica da crise da pandemia e voltará a ser mais discutida na próxima seção.

Gráfico 21: Trabalhadores formais x informais – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Ocupação por setor de atividade

A análise ocupacional agregada esconde comportamentos diferenciados entre os vários setores da economia. A começar pelo setor primário, puxado sobretudo pela agricultura e pecuária, observa-se uma queda constante do número de ocupações desde o início da série, apresentando uma leve recuperação apenas em 2020. Um dos motivos dessa queda acentuada pode estar associado a redução da participação do trabalhador na zona rural por conta principalmente do avanço tecnológico, que limita o uso de mão-de-obra nesses setores (Ver Mattei, Heinei, 2019). Em 2020, no entanto, o setor sentiu bem menos a crise, comparativamente aos demais setores – apresentando inclusive crescimento econômico.

O setor secundário é composto pela indústria geral e pela construção. Em relação ao volume ocupacional da indústria geral, o setor apresentou elevação até 2014. Contudo, em decorrência do contexto nacional do biênio seguinte, essa elevação não se sustenta, apresentando uma significativa queda do emprego. Após os efeitos da crise – 2015/2016 - o volume de ocupações passa a demonstrar uma leve recuperação, seguida de estabilidade até meados de 2019. Após esse período, volta a cair de maneira significativa em 2020, em magnitude maior no comparativo com os anos precedentes. A tendência geral foi de nítida queda do emprego na indústria geral no período analisado.

O setor da construção, por sua vez, passa por trajetória bastante semelhante à da indústria geral - crescimento inicial seguido de queda até o final do período. A construção também sofreu bastante com a pandemia em 2020.

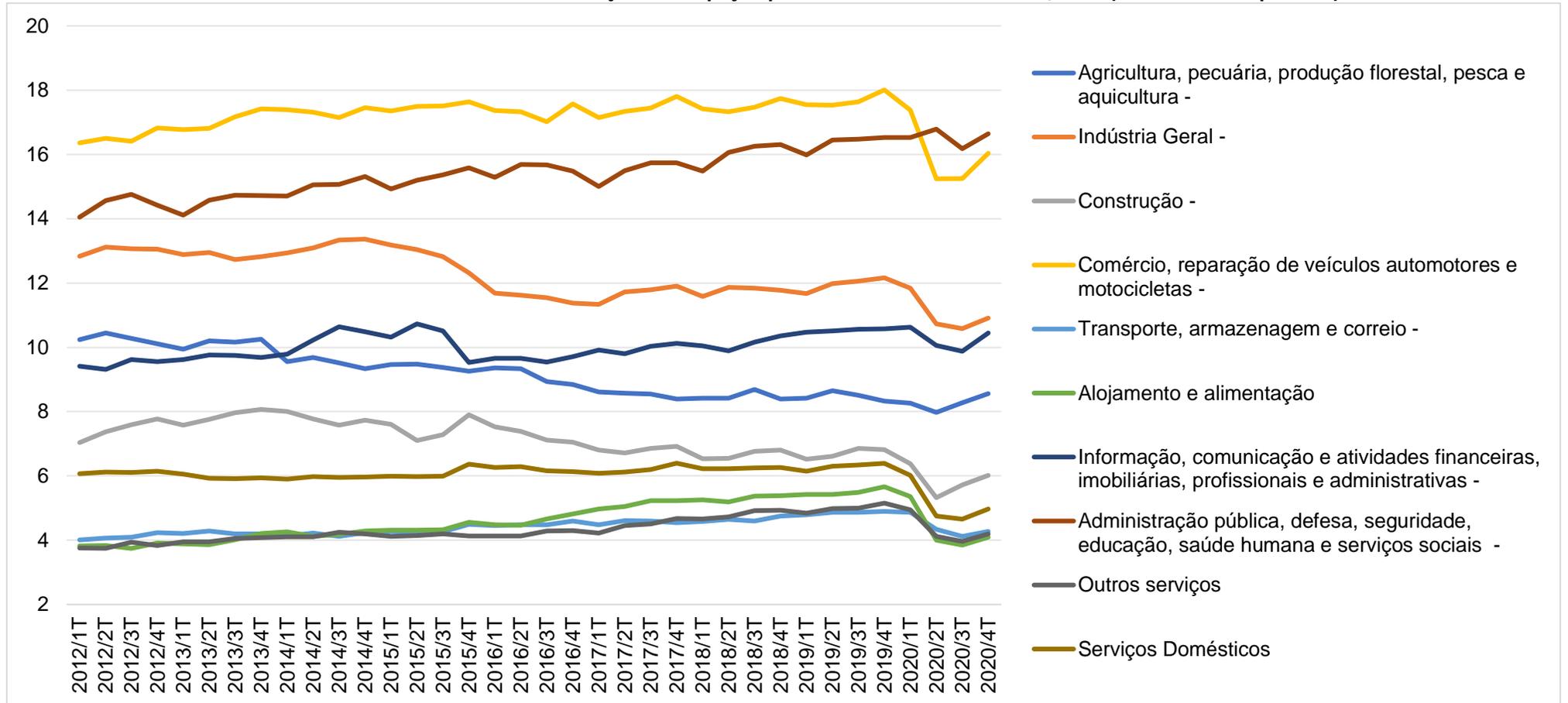
Não menos importante, por ser aquele que mais emprega no país, é a análise do setor terciário. Entende-se aqui como setor terciário os seguintes segmentos: Comércio, reparação de veículos automotores e bicicletas; Alojamento e alimentação; Serviços domésticos; Informação, comunicação e atividades e financeiras; Transporte, armazenagem e correio; e Outros serviços. O segmento de administração pública também está enquadrado no setor terciário, contudo, por ser de uma categoria distinta das demais, ou seja, de natureza não-privada, será analisado a parte.

Iniciaremos a análise pelo setor de comércio, reparação de veículos e bicicletas que possui a maior parcela do emprego entre os dez setores analisados. Ao observarmos a série histórica, nota-se que houve tendência de crescimento do emprego ao longo de todo o período sofrendo contração apenas em 2020. No setor de Alojamento e alimentação, observa-se um crescimento bastante acentuado, atingindo o máximo em 2019. Assim como o comércio, sofreu forte queda em 2020. Informação, comunicação e atividades financeiras é outro setor que apresentou tendência de crescimento na maior parte do período com impacto relativamente moderado da crise em 2020. Trata-se do quarto setor em termos de volume de emprego. O resultado relativamente favorável em 2020 talvez se deva à sua capacidade e adaptação ao teletrabalho durante a pandemia.

Os setores de transporte e outros serviços mostraram tendência de crescimento, com perda do fôlego apenas em 2020. Já os serviços domésticos apresentaram estabilidade na maior parte do período sofrendo forte redução do emprego em 2020. Verifica-se, portanto, que praticamente todos os setores do terciário sofreram de alguma forma os efeitos da crise de 2020

Por fim, vale destacar o setor público, ou seja, de administração pública, defesa e seguridade, que apresenta um comportamento diferenciado. Assim como vários outros segmentos do setor terciário, o setor público cresceu de maneira acentuada até 2014. O curioso sobre este setor é o fato de, mesmo diante das conjunturas desfavoráveis de 2015/16 e 2020, onde praticamente todos os setores sofreram drasticamente, o setor público não só se manteve relativamente estável como continuou a empregar ao longo do período, possuindo o melhor desempenho relativo frente a todos os demais. O **Gráfico 22** ilustra os dados de emprego setorial no período.

Gráfico 22: Evolução da ocupação por setor da economia – 2012/2020 (em milhões de pessoas)



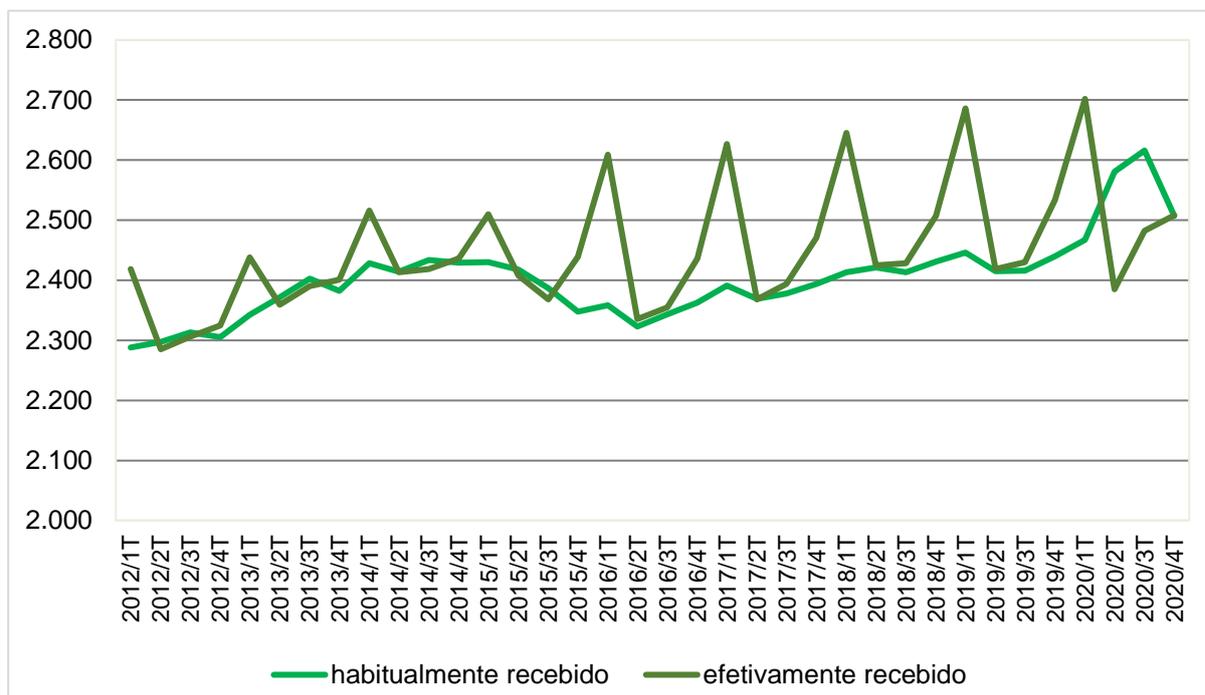
Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Rendimentos

A última variável a ser analisada nesta seção é o rendimento do trabalho, tanto seu valor médio quanto a massa de rendimentos. A PNADC fornece os valores habituais e efetivos do rendimento recebido. Ao compararmos o rendimento habitualmente e efetivamente recebido, algumas observações merecem destaque. Conforme ilustrado pelo **Gráfico 23**, o rendimento habitual possui um comportamento relativamente regular, enquanto o efetivo destaca bem as diferenças que ocorrem ao longo do ano. Na análise a seguir destacaremos o rendimento habitual.

O rendimento médio habitual apresentou tendência de crescimento entre 2012 e 2020. A crise de 2015/2016, entretanto, teve forte reflexo na evolução dos rendimentos médios reduzindo seu valor real. A partir da segunda metade de 2016 o rendimento médio voltou a crescer. Surpreendentemente, o rendimento médio habitual continuou crescendo até o terceiro trimestre de 2020, provavelmente, por conta do efeito diferenciado da crise sobre o mercado de trabalho, que atingiu com muito mais força o setor informal onde os rendimentos são mais baixos. Essa discussão será mais desenvolvida na próxima seção onde é feita a comparação dos efeitos das crises de 2015/2016 e 2010 sobre o mercado de trabalho.

Gráfico 23: Rendimento médio habitual e efetivo de todos os trabalhos (em reais de 2020/4T)

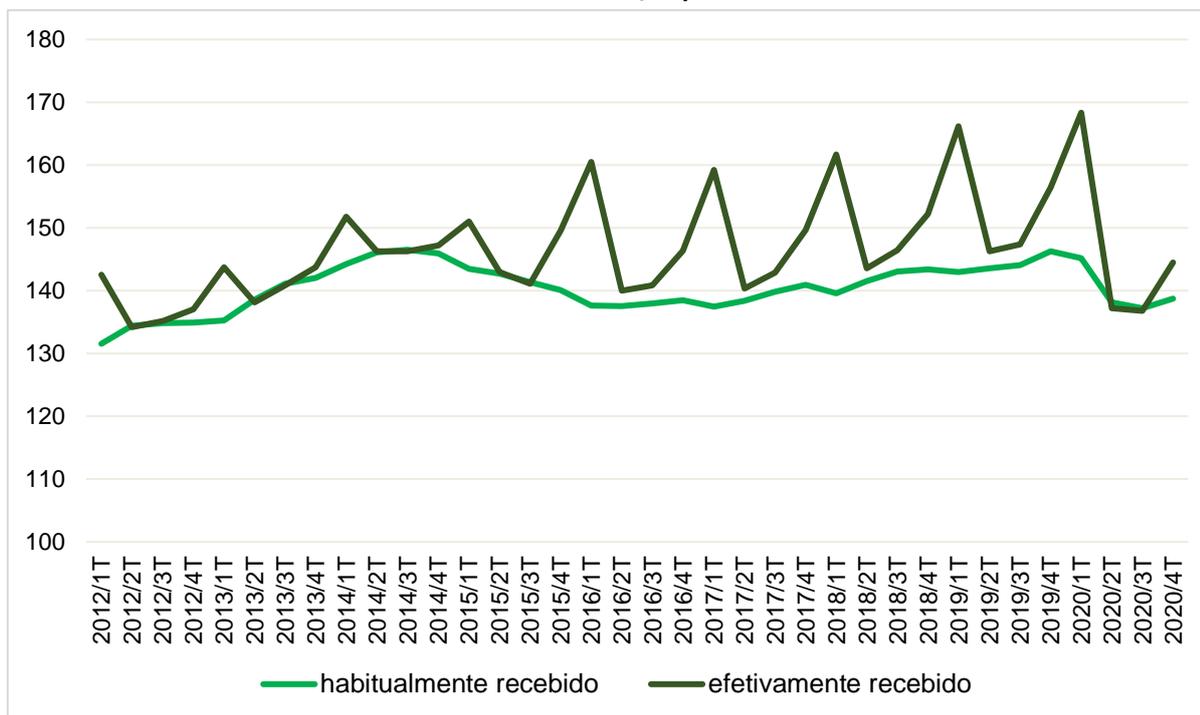


Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD Contínua.

Nota: Foi utilizado o deflator médio do último trimestre de coleta divulgado. Coleta: 4º trimestre de 2020.

O **Gráfico 24** da massa de rendimentos habitual é muito semelhante ao encontrado para o rendimento médio. A principal diferença ocorre em 2020. Como a crise retirou milhões de pessoas do mercado de trabalho, a massa de rendimentos sofreu forte impacto a partir do segundo trimestre quando foram sentidos os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho.

Gráfico 24: Massa salarial habitual-efetiva de todos os trabalhos (em bilhões de reais 2020/4T)



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD Contínua.

Nota: Foi utilizado o deflator médio do último trimestre de coleta divulgado. Coleta: 4º trimestre de 2020.

A evolução do rendimento médio desagregado segundo as diferentes posições na ocupação traz informações adicionais, além de confirmar as desigualdades da renda do trabalho no país. Conforme o **Gráfico 25**, os maiores níveis de rendimento cabem aos empregadores, em especial àqueles que contribuem para a previdência social. Em segundo lugar, aos empregadores informais não contribuintes. Nos dois casos, há uma redução no valor médio até meados da década, seguindo-se recuperação.

Logo abaixo, aparecem os funcionários públicos e militares. Sua principal característica é a elevação contínua de seus rendimentos médios sem maiores flutuações no período.

Outro grupo que possui características próprias é o composto por empregados do setor público com carteira assinada. Após apresentarem certa estabilidade em seus rendimentos médios até meados da década, são beneficiados entre 2016 e 2018, permanecendo em nível mais elevado até o final do período. Conseqüentemente, seus rendimentos médios em 2020 eram bem mais altos do que no início do período.

Já os trabalhadores por conta própria contribuintes, apresentam um movimento inverso, com forte queda em seus rendimentos em meados da década, fechando o ano 2020 bem abaixo de seu nível médio do início do período.

Continuando a análise dos rendimentos médios em ordem decedente segundo o nível de remuneração, é encontrado o principal agrupamento do setor formal, ou seja, os empregados com carteira assinada do setor privado. Sua evolução apresenta crescimento no início do período, queda durante a crise de meados da década e nova elevação em seguida.

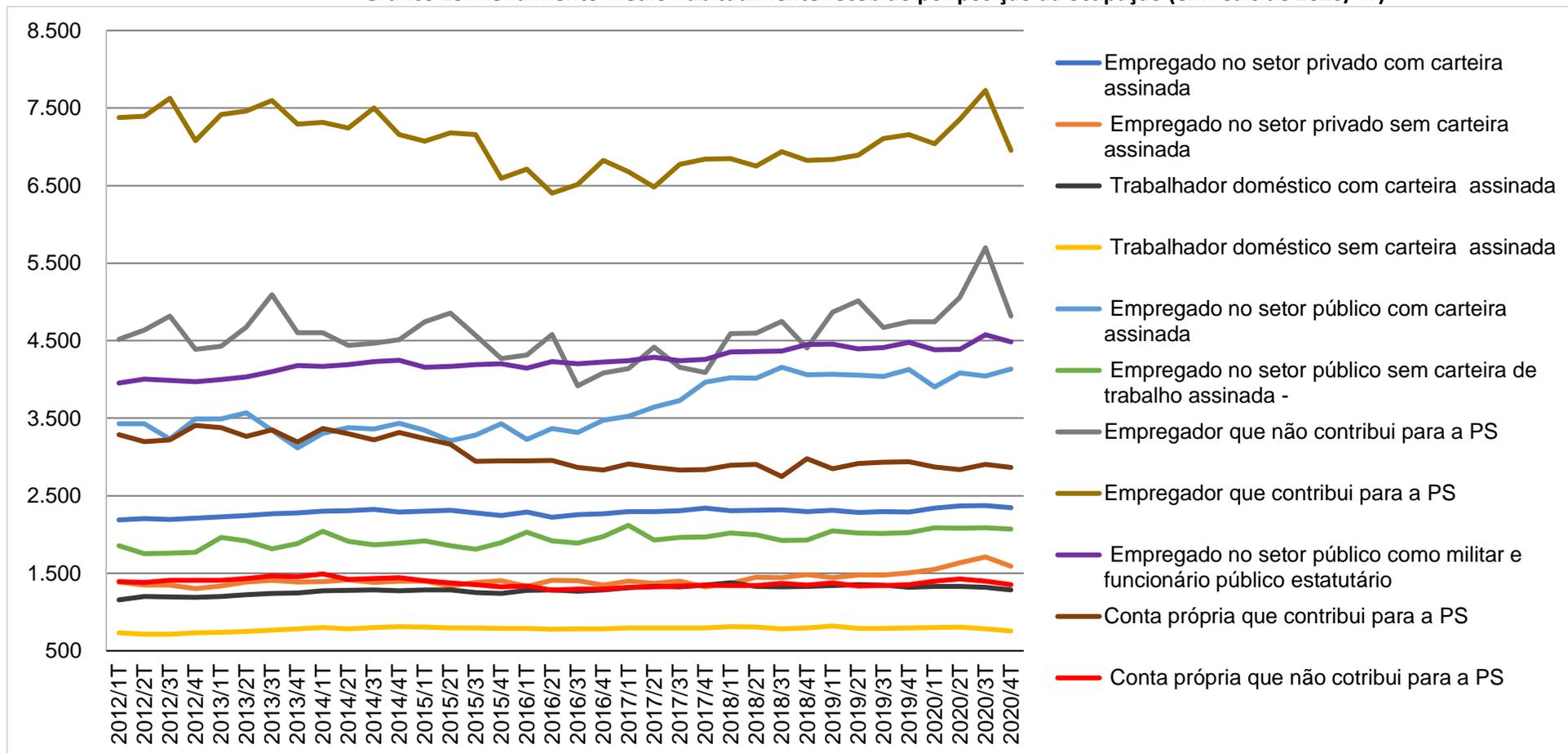
Já os empregados do setor público sem carteira, possuem rendimentos um pouco menores, apresentam pequenas flutuações ao longo dos anos, porém com tendência de elevação até o final da década.

Três grupos de trabalhadores bem distintos apresentam rendimentos relativamente baixos e próximos. São eles os empregados do setor privado sem carteira, os trabalhadores por conta própria não contribuintes e os trabalhadores domésticos com carteira assinada. A evolução mais favorável dos rendimentos ocorreu entre os empregados informais do setor privado.

Finalmente, na base das ocupações são encontrados os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, cujos rendimento são os menores de todas as posições na ocupação.

A principal observação que poderia ser feita após a apresentação da evolução dos rendimentos médios das diferentes posições na ocupação é a situação desfavorável dos rendimentos entre os trabalhadores informais, cujos rendimentos são bem menores que os dos formais. Apenas os empregadores informais não contribuintes recebem valores mais elevados. A segunda observação é a evolução diferenciada dos rendimentos no período, com alguns grupos apresentando crescimento, enquanto outros sofreram queda ao longo da década. Além disso, as duas crises prejudicaram os rendimentos de alguns trabalhadores, mas não os de outros.

Gráfico 25: Rendimento médio habitualmente recebido por posição da ocupação (em reais de 2020/4T)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Encerrando a discussão sobre rendimentos são apresentados a seguir os resultados segundo os diferentes setores na economia. Cabe notar inicialmente os grandes diferenciais de rendimentos entre os setores. A situação mais favorável ocorre na administração pública e nas atividades de informação, comunicação, financeiras e profissionais em geral. Um segundo grupo de atividades possui rendimentos médios intermediários, como na indústria geral e nos transportes. Os menores rendimentos são pagos na agropecuária e no emprego doméstico. Apenas a título de ilustração, os rendimentos médios na área de informação, comunicação, financeiras e profissionais são cerca de três vezes maiores do que na agropecuária e cerca de quatro vezes maiores do que no serviço doméstico. Ver **Gráfico 26**.

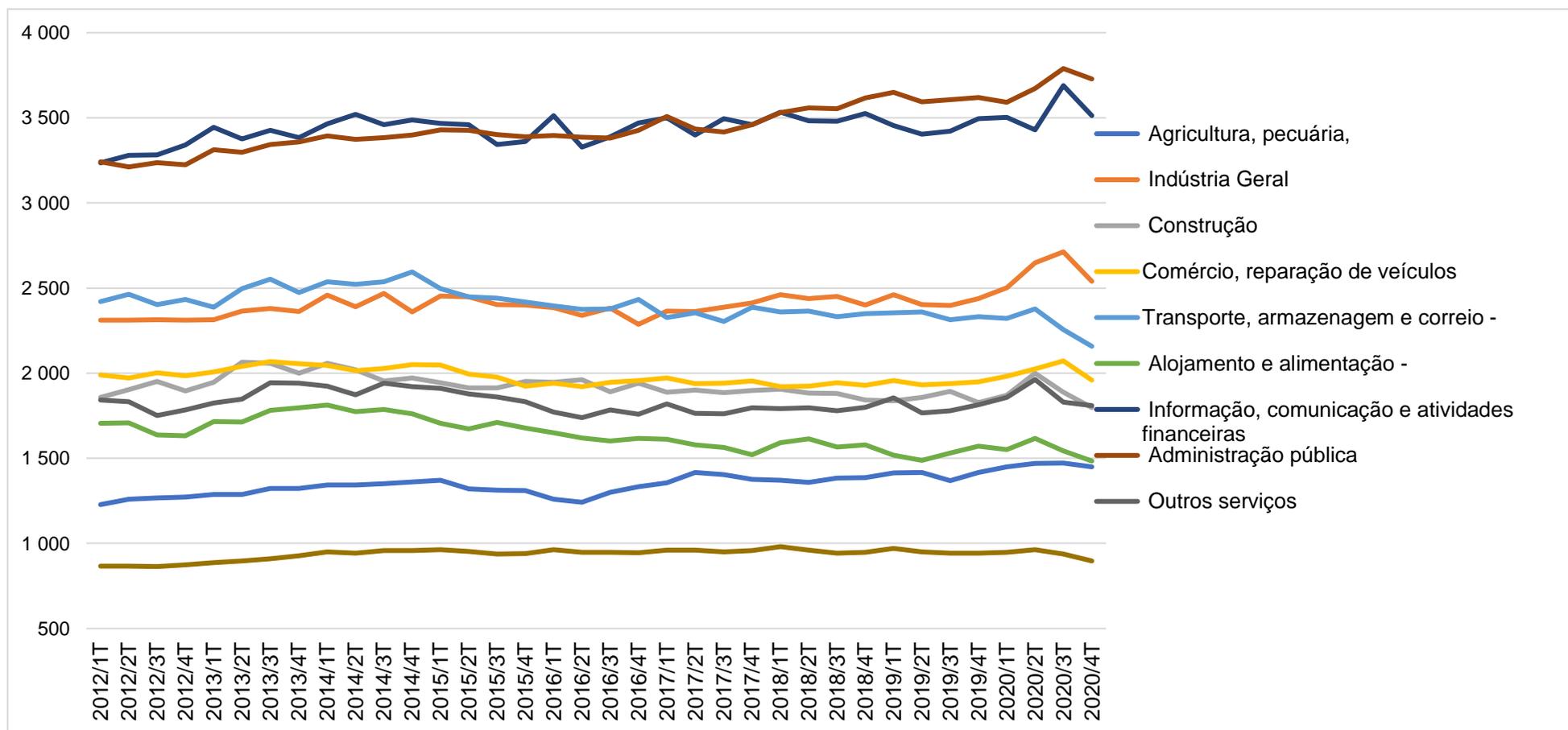
No setor primário, diferentemente do seu volume de empregos em queda, o rendimento apresentou um leve crescimento seguido de estabilidade ao longo da série, sofrendo queda apenas no final do período.

A evolução do rendimento médio do setor secundário depende do segmento considerado. A indústria geral, por exemplo, do início da série até 2018, teve um aumento de quase 20% em seu rendimento médio. Por sua vez, o rendimento médio da construção, segue trajetória semelhante à do emprego, ou seja, ambos sofreram uma queda constante ao longo do período.

No maior setor empregador do terciário - comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas - o rendimento médio, em termos de tendência, não obteve grandes mudanças, mantendo-se relativamente estável ao longo do período e sofrendo queda apenas no final em virtude da crise de 2020. Entre os demais segmentos do terciário, cabe destacar o comportamento relativamente favorável da remuneração na área de informação, comunicação, serviços financeiro e profissionais, e desfavorável em alojamento e alimentação e outros serviços. Independentemente da tendência favorável ou desfavorável de remuneração média no período, a regra geral foi a queda da remuneração média em 2020.

Mais uma vez deve-se destacar o comportamento diferenciado da administração pública que, ao mesmo tempo em que manteve o crescimento do nível de emprego ao longo de período, apresentou aumento da remuneração média e pouco sofreu os efeitos da crise de 2020.

Gráfico 26: Rendimento médio habitualmente recebido por setor (em reais de 2020/4T)



Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Análise das correlações entre as principais variáveis do mercado de trabalho

Nesta subseção comentaremos a associação entre os grandes agregados da população no mercado de trabalho a partir do número de pessoas ocupadas e desocupadas. Os valores entre parênteses representam os coeficientes de correlação entre os pares de variáveis obtidos a partir dos dados trimestrais de 2012 a 2020. A tabela do anexo apresenta os coeficientes de correlação para um amplo conjunto de variáveis do mercado de trabalho.

Ocupação

De forma até certo ponto surpreendente, a população ocupada não apresenta uma forte associação com a população desocupada. A correlação é apenas levemente negativa (-0,17). Ou seja, o ajuste entre os dois grupos – ocupados e desocupados - é feito, principalmente, através de mudanças do tamanho da força de trabalho. Esse resultado é confirmado pela correlação positiva entre a força de trabalho e os ocupados (0,58) e os desocupados (0,70). Em outras palavras, quando aumenta o número de pessoas ocupadas a força de trabalho também aumenta com a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho não havendo obrigatoriamente uma queda dos desocupados. Esse dado é ainda confirmado pela associação negativa (-0,61) entre a população ocupada e a população fora da força de trabalho. Visto pelo lado da população desocupada, seu aumento é um incentivo para a saída de pessoas da força de trabalho, aumentando o número de pessoas fora da força de trabalho (0,61).

Em geral, os vários componentes da população ocupada possuem associação positiva com o total da população ocupada – empregados do setor privado com carteira (0,58); empregados do setor privado sem carteira (0,69); trabalhador doméstico com carteira (0,50); trabalhador doméstico sem carteira (0,85); trabalhador por conta própria (0,42); empregador (0,43). A única exceção notável é a associação negativa da ocupação em geral com o emprego de funcionários públicos estatutários e militares (-0,47) que possui uma lógica distinta do emprego no setor privado.

Ao separar os trabalhadores por conta própria e empregadores contribuintes dos não contribuintes para a previdência social nota-se que o número total de ocupados se associa mais fortemente com os trabalhadores por conta própria não contribuintes (0,75), seguindo-se os empregadores contribuintes (0,40). Os demais possuem correlações muito baixas.

Ao considerar o conjunto de ocupações formais e informais, verifica-se uma forte associação entre o número total de ocupados e de trabalhadores formais (0,75). No caso de informais o índice de correlação também é bastante elevado (0,78). Em outras palavras, quando a ocupação total cresce tanto o trabalho formal quanto o informal tendem a crescer. Tal resultado é bastante interessante mostrando que a geração de ocupações não se restringe a um ou outro segmento da economia, mas tende a se distribuir entre os dois. A correlação positiva e baixa (0,16) entre ocupações formais e informais seria de certa forma uma sinalização das dificuldades das teses dualistas.

A evolução da ocupação setorial acompanha a evolução da ocupação como um todo nos diversos segmentos da economia com a obtenção generalizada de coeficientes de correlação positivos e relativamente altos. Há, entretanto, duas exceções. Em primeiro lugar o emprego na administração pública e em segmentos onde o emprego público é elevado, como educação, saúde e serviços sociais. Em segundo lugar, a agricultura e pecuária. O primeiro possui uma lógica distinta do setor privado, enquanto o segundo, além de ser relativamente pequeno em termos de geração de emprego, depende de outros fatores para o crescimento da produção e do emprego como as condições climáticas e o preço das commodities, entre outros

A associação da evolução da ocupação total com as formas precárias de inserção no mercado de trabalho, em geral, é negativa, mas talvez menos intensa, do que se poderia esperar – população na força de trabalho potencial (-0,55); população desalentada (-0,23). A única surpresa é a correlação praticamente nula entre o número de ocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas.

Desocupação

Analisando especificamente a população desocupada alguns resultados se destacam. O primeiro é sua associação com a população fora da força de trabalho (0,61), resultado que já havia sido destacado, sugerindo que o aumento do desemprego induz parte da força de trabalho, os desocupados, a saírem do mercado de trabalho.

O desemprego se associa negativamente com o número de empregados (-0,63) o que é um resultado absolutamente esperado. Já a associação positiva entre o desemprego e os conta própria (0,74) e os empregadores (0,72) não é tão óbvia. Isso sugere que o aumento do desemprego induz a busca de ocupação como conta própria ou empregador. Ao se considerar a posse da carteira de trabalho assinada, é encontrada uma associação forte e negativa (-0,79) entre o desemprego e os empregados com carteira assinada. Já com os empregados sem carteira a associação é praticamente nula. Talvez a maior surpresa seja a forte associação com os conta própria e com os empregadores contribuintes para a previdência social (0,87 e 0,71), enquanto a associação é muito baixa com os não contribuintes. Em outras palavras, enquanto o desemprego contribuiria para a redução do emprego com carteira assinada, no caso dos empregadores e trabalhadores por conta própria estaria contribuindo para o aumento da formalização.

Outro resultado interessante é a associação entre desocupação e a ocupação nos diversos setores da economia. A associação segue o esperado quando considerada a indústria geral e a construção onde é fortemente negativa (-0,91 e -0,83). Mas em alguns segmentos do terciário ela é positiva como em transporte e armazenagem (0,71), em alojamento e alimentação (0,68) e outros serviços (0,62). Em outras palavras, enquanto a indústria sofre com o aumento do desemprego, o setor terciário é um atrativo capaz de gerar novas ocupações.

Setores

A análise das correlações entre a ocupação nos diversos setores da economia apresenta um resultado bem peculiar mostrando uma grande diferença entre a agricultura/pecuária, a indústria e os serviços.

Conforme esperado, os dois segmentos industriais – indústria geral e construção – apresentam forte associação positiva (0,81). A associação da ocupação na indústria com a agricultura/pecuária também é muito forte – com a indústria geral (0,79); com a construção (0,81). Ao contrário, a correlação entre o emprego industrial e em serviços é via-de-regra negativa.

Quando comparado o emprego nas várias áreas de serviços, a correlação tende a ser positiva como, por exemplo, entre alojamento/alimentação e transporte/armazenamento (0,94). Note-se ainda a forte correlação negativa entre o emprego na agricultura/pecuária e os diversos segmentos de serviços.

Em resumo, a evolução do emprego nos setores da economia mostra resultados bem diferenciados, com a indústria e a agricultura/pecuária apresentando certa sincronia, em oposição ao comportamento dos vários segmentos de serviços.

3 Comparação entre as crises do mercado de trabalho de 2015/2016 e 2020

O principal objetivo desta seção é comparar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro nas duas crises – 2015/2016 e 2020. Até que ponto haveria semelhanças ou diferenças entre elas? Será que comportamento padrão sugerido pela visão dualista tradicional, onde o setor informal absorve importante parcela dos que perdem seus empregos, minimizando os efeitos da crise, teria ocorrido? Razafindrakoto et al (2021) desenvolveu recentemente um estudo das crises brasileiras desde os anos oitenta e aponta que tal comportamento dualista foi se modificando ao longo das últimas décadas. Ao se concentrar apenas nas duas últimas crises, nosso artigo permite que se explore com mais profundidade os dados atualmente disponíveis.

Como apresentado na primeira seção, até 2014, o Brasil estava em um cenário favorável, com crescimento econômico, geração de empregos, redução da informalidade, crescimento da renda média do trabalho, além de queda das desigualdades salariais (Saboia et al, 2020; Saboia, 2020). Nos anos posteriores, em especial em 2015 e 2016, o país passou por uma forte crise econômica. Como destacado em Saboia e Kubrusly (2019), a partir de 2014, os níveis de desemprego no país se intensificaram e a tendência de queda de informalidade foi revertida, chegando a patamares nunca vistos anteriormente.

A partir de 2017, o mercado de trabalho nacional vinha apresentando tendência de recuperação, ainda que lenta. Não havia conseguido, no entanto, até 2019, recuperar os patamares positivos registrados antes da crise iniciada ao longo 2014. Em 2020, a crise da COVID-19 chega ao Brasil em meados de março⁴, com as primeiras medidas de isolamento social sendo implementadas. Tais medidas tiveram como consequência a redução e paralisação das atividades econômicas na maior parte do país.

⁴ Para mais informações, ver: <https://www.poder360.com.br/1-ano-de-covid-no-brasil/coronavirus-em-1-ano-brasil-teve-1-caso-a-cada-3-segundos/>

A crise de 2020 veio para mostrar a frágil situação do mercado de trabalho nacional. Os sinais anteriores de melhora na desigualdade e nos indicadores de emprego desapareceram. Com a chegada da crise econômica e sanitária, evidenciou-se a tamanha desigualdade e fragilidade existente no país. Nesse contexto, o primeiro trimestre de 2020 foi levemente impactado com os efeitos causados pela pandemia, pois as medidas de isolamento social foram implementadas apenas no final do trimestre. No entanto, a partir do segundo trimestre de 2020 foi possível observar forte impacto na economia brasileira e, ao que nos interessa diretamente neste artigo, no mercado de trabalho nacional.

Como também retratado em Saboia (2020), a crise enfrentada em consequência da pandemia é distinta das vistas em outras ocasiões, como a de 2015/16. Entre as diferenças apontadas que mais se destacam está o comportamento da informalidade, que se reduziu, e o crescimento nos rendimentos – decorrente da redução de ocupados com os menores rendimentos no mercado de trabalho.

Desse modo, nesta seção, será apresentada uma análise comparativa do comportamento do mercado de trabalho nas crises de 2015/16 e 2020 – com destaque especial para o comportamento da informalidade no país. Os dados apresentados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Conforme indicado pelos dados, o momento mais favorável do mercado de trabalho em termos de total de ocupados no início da primeira crise ocorreu no quarto trimestre de 2014, enquanto o pior trimestre ao final da primeira crise foi o primeiro de 2017. Em relação à crise de 2020 foram, respectivamente, o quarto trimestre de 2019 e o terceiro de 2020. Na análise aqui desenvolvida, opta-se por privilegiar a comparação entre os quartos trimestre dos respectivos anos, para mitigação de efeitos sazonais.

População

Em geral, mesmo em épocas de crise, a população na força de trabalho apresenta crescimento constante – acompanhando o crescimento vegetativo da população brasileira. Isso é o que se observa na crise de 2015/2016: naquele período foi possível observar o crescimento da população na força de trabalho. A mesma explicação pode ser dada para

a população fora da força de trabalho, que, até o final de 2019, não apresentou nenhuma variação excepcional em sua série, mantendo um crescimento vegetativo constante.

Em 2020, no entanto, como já destacado na seção anterior, a situação se modificou subitamente. Com a chegada da crise do coronavírus, o mercado de trabalho brasileiro apresentou um comportamento nunca visto antes. A força de trabalho nacional reduziu-se em quase 9 milhões nos três primeiros meses da pandemia. No fechamento de 2020, mesmo com leve recuperação, a população na força de trabalho, ainda possuía 6 milhões de pessoas a menos que no quarto trimestre de 2019. Paralelamente, a população fora da força de trabalho registrou crescimento significativo nos três primeiros meses da pandemia, com um aumento de mais de 10 milhões de pessoas, alcançado o maior nível de sua série histórica. No fechamento do ano, a perda registrada se manteve: comparando o encerramento dos anos de 2020 e 2019, o Brasil terminou com quase 10 milhões de pessoas a mais fora da força de trabalho. Ver **Tabela 1**.

Uma variação na força de trabalho se reflete, também, na força de trabalho potencial – população que não se encontrava nem ocupada nem desocupada na semana de referência, mas que desejava trabalhar possuindo, portanto, potencial para se transformar em força de trabalho. Ao longo de 2015/2016 registrou-se um aumento de 2,4 milhões de pessoas na força de trabalho potencial, comparando quarto trimestre de 2016 com o de 2014 – dando início a uma tendência de crescimento dessa população, que vinha em queda nos anos anteriores. No entanto, ainda que a força de trabalho potencial estivesse apresentando leve crescimento ao longo dos anos, em 2020 observou-se aumento expressivo: entre o primeiro e o segundo trimestre do ano, após três meses da crise causada pelo coronavírus, houve um aumento de mais de 5 milhões de pessoas na força de trabalho potencial, registrando seu maior contingente em toda sua série histórica.

Por outro lado, quando olhamos a população ocupada, também se observa usualmente um crescimento que acompanha a tendência de aumento vegetativo da população. Além disso, é comum ver uma redução em crises econômicas convencionais, como a que ocorreu no período de 2015-2016: houve uma redução em torno de 2,5 milhões de pessoas ocupadas ao longo dos dois anos. Em 2020, no entanto, com a crise socioeconômica e sanitária causada pela pandemia do coronavírus, a redução da população ocupada foi espantosa, chegando ao seu contingente mínimo de toda sua série. Comparativamente ao

final do ano anterior, houve uma queda de mais de 8 milhões de pessoas ocupadas em 2020. No trimestre de auge da pandemia, esse número foi ainda maior com redução de mais de 12 milhões de pessoas na população ocupada, frente ao quarto trimestre de 2019. Ainda que tenha havido recuperação no último trimestre, a perda observada nas ocupações ainda seguiu sendo preocupante, em alto patamar.

Tabela 1: População ocupada (em milhares)

Período	2015/16				2020			
	4T/2014	4T/2016	Variação absoluta	Variação relativa	4T/2019	4T/2020	Variação absoluta	Variação relativa
População na força de trabalho	98.805	102.150	3.345	3,4%	106.184	100.104	-6.080	-5,7%
Pessoas ocupadas	92.396	89.871	-2.525	-2,7%	94.552	86.179	-8.373	-8,9%
Pessoas desocupadas	6.409	12.278	5.869	91,6%	11.632	13.925	2.293	19,7%
População fora da força de trabalho	63.514	64.252	738	1,2%	65.429	76.258	10.829	16,6%
População na força de trabalho potencial	4.245	6.621	2.376	56,0%	7.735	11.315	3.580	46,3%
População subutilizada total	15.328	24.126	8.798	57,4%	26.158	32.031	5.873	22,5%
População desalentada	1.583	3.835	2.252	142,3%	4.620	5.788	1.168	25,3%

Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE.

É importante observar também o comportamento da população desocupada, em meio a todos esses movimentos apresentados anteriormente. Com a crise de 2015/2016, observou-se um crescimento constante no número de desocupados no Brasil. A crise econômica afetava a oferta de empregos e o número de pessoas em busca de uma ocupação, aumentando o desemprego mais e mais. Em 2020, por sua vez, com a chegada do coronavírus, os desocupados se mantiveram praticamente estáveis na passagem do primeiro para o segundo trimestre. Vale ressaltar que só é considerado na população desocupada aqueles que estão procurando por emprego no período de referência da pesquisa. Portanto, muitos desempregados no período se transformaram em inativos, saindo da força de trabalho, sem ao menos passar pela condição de desocupado (Saboia, 2020; Lameira, 2021). Movimento que se refletiu no aumento intenso da população fora da força de trabalho apresentado anteriormente: a dificuldade em encontrar emprego,

aliada às medidas de isolamento social e cuidado com a saúde fez com que muitas pessoas deixassem de procurar emprego no período. A partir do terceiro trimestre, com a flexibilização de algumas medidas de isolamento social, o indicador de população desocupada da PNADC começou a se alterar em decorrência do retorno de muitas pessoas ao mercado de trabalho. No fechamento do ano, portanto, o número de desocupados aumentou em mais de 2 milhões de pessoas quando comparado ao quarto trimestre de 2019.

Ainda que a população desocupada tenha aumentado com o encerramento de 2020, comparando o movimento de aumento da população fora da força de trabalho em 2020 e o da população desocupada, é possível indicar que grande parte das pessoas que perderam seus empregos em 2020 ainda não havia se colocado à disposição para busca de emprego no encerramento do ano⁵.

Para além disso, considerando desempregados, subocupados por baixo número de horas trabalhadas e pessoas que gostariam de estar trabalhando, mas não estão por alguma razão, define-se a população subutilizada, que apresentou comportamento similar em ambos os períodos analisados – no entanto, um foi ao longo de dois anos e outro em apenas um. Na crise de 2015/2016 houve um aumento de quase 9 milhões de pessoas subutilizadas, ao longo de dois anos. Já em 2020, o aumento foi de quase 6 milhões na passagem do primeiro para o terceiro trimestre – ou seja, em 6 meses de crise, houve um crescimento da subutilização de dois terços da que ocorreu ao longo de dois anos em 2015/2016. Em 2020, a população subutilizada ultrapassou, pela primeira vez, a marca dos 30 milhões de pessoas e alcançou seu contingente máximo de sua série histórica no terceiro trimestre.

As pessoas que gostariam de estar trabalhando, mas não procuraram por achar que não encontrariam, os chamados desalentados, apresentaram aumento em ambas as situações. Como ressaltado na seção anterior, a partir de 2014, o número de desalentados praticamente triplicou até 2019. No entanto, esse aumento de quase 3 milhões da

⁵ Cabe destacar, aqui, a importância do auxílio emergencial, que deu suporte às famílias desempregadas e possibilitou, em muitos casos, que elas seguissem as medidas de isolamento social recomendadas.

população desalentada se deu ao longo de 6 anos e, especificamente em 2015/2016, houve um aumento em torno de 2 milhões de pessoas nessa situação. Em 2020, comparado ao final do ano anterior, houve um aumento de mais 1 milhão de desalentados no país.

Taxas e Níveis

Em linha com a análise populacional, é esperado que a taxa de desemprego⁶ aumente em período de crises. Em 2016, a taxa de desemprego encerrou o ano com 12% de desocupados. Entre os quartos trimestres de 2014 e 2016, ela praticamente dobrou com um aumento de 5.5 p.p.. Foi possível ver, então, que os efeitos da crise de 2015/2016 foram fortes no mercado de trabalho nacional, decorridos ao longo de dois anos. Em 2020, com a chegada do coronavírus no país e as medidas de prevenção da doença, o país sentiu forte impacto, sobretudo no mercado de trabalho. Diante da dificuldade dos desempregados encontrarem emprego e do receio da busca por emprego em uma situação de crise sanitária, nos primeiros meses da pandemia a taxa de desemprego apresentou aumento relativamente pequeno. Com a flexibilização das medidas de isolamento, os efeitos da crise no mercado de trabalho medidos pela PNADC se mostraram claramente: no terceiro trimestre, houve um aumento de 3,6 p.p. em relação ao último trimestre de 2019, alcançando sua máxima histórica e chegando a 14,6%. No último trimestre de 2020, a taxa apresentou leve redução, mas ainda se mantendo em um patamar alto, de 13,9%. Ver **Tabela 2**. Apesar de ainda alta, a taxa de desemprego se beneficiou do movimento de contração da força de trabalho – o que reforça o cenário ainda preocupante do mercado de trabalho nacional (Lameira, 2021).

⁶ A expressão oficial para a taxa de desemprego utilizada pelo IBGE é taxa de desocupação. Entretanto, ao longo do texto usamos as duas expressões como sinônimos.

Tabela 2: Taxas e Níveis (%)

Período	2015/16			2020		
	4T/2014	4T/2016	Variação em p.p.	4T/2019	4T/2020	Variação em p.p.
Taxa de desocupação	6,5	12,0	5,5	11,0	13,9	2,9
Taxa de participação na força de trabalho	60,9	61,4	0,5	61,9	56,8	-5,1
Nível de Ocupação	56,9	54,0	-2,9	55,1	48,9	-6,2
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	14,9	22,2	7,3	23,0	28,7	5,7

Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE.

Em outra ótica, a taxa participação na força de trabalho (percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar), que considera os ocupados e os desocupados, teve comportamentos diferentes nos dois períodos estudados.

A taxa de participação na força de trabalho em 2015 e 2016, e em toda a série histórica até 2020, se manteve relativamente estável, indicando que, ainda que estivesse em uma crise, a população ou manteve seus empregos ou continuou buscando em todo o período. Por outro lado, em 2020 o comportamento da taxa foi completamente diferente. No último trimestre de 2019, a taxa se encontrava em 61,9%, e nos seguintes já teve uma queda de quase 6,9 p.p., finalizando o terceiro trimestre com 55,1%. Esse movimento de saída de pessoas na força de trabalho pode ser explicado pela saída do mercado de trabalho e posterior desistência da busca por emprego diante de uma crise sanitária mundial. No encerramento do ano, registou-se leve recuperação, fechando 2020 em 56,8%, ainda assim com queda de 5,1 p.p. em relação ao final de 2019.

Olhando especificamente para o nível de ocupação (percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar), podemos observar redução do nível tanto em 2015/16 como em 2020, no entanto, a queda é bem mais acentuada no último ano. No quarto trimestre de 2014, o país se encontrava com 56,9% de sua população em idade de trabalhar ocupada e, com a passagem da crise nos dois anos, o país reduziu em torno de 3 p.p. e chegou a 54,0% de ocupados no último trimestre de 2016. Nos anos seguintes não chegou a recuperar o nível pré-crise de 2015/16, mas se manteve estável entre 53% e 55% no nível de ocupação. Com a chegada da coronavírus o cenário se modifica e o nível

de ocupação fica abaixo dos 50% da população pela primeira vez em toda sua série histórica. O Brasil terminou 2019 com 55,1% no nível de ocupação e apresentou leve redução no primeiro trimestre de 2020. Com o impacto mais significativo da crise causada pelo coronavírus, houve uma redução em torno de 6 p.p. e o nível chegou ao terceiro trimestre do ano em 47,1%. Mesmo com leve recuperação no último trimestre de 2020, ainda não foi o suficiente para ultrapassar os 50% no nível de ocupação.

Em uma análise mais segmentada, observa-se um aumento considerável da taxa de subutilização da força de trabalho ao longo dos anos. Na crise de 2015/16 a taxa registrou crescimento significativo de 7.3 p.p., passando de 14,9% em 2014 para 22,2% em 2016. Nos anos seguintes, se manteve relativamente estável, no entanto, com a chegada do coronavírus no país, a situação se agrava: a taxa bate seu recorde histórico, registrando 30,3% de subutilização da força de trabalho no terceiro trimestre de 2020 e 28,7% no final do ano.

Setor econômico

Para além da análise populacional geral, se mostra importante realizar uma exploração da situação da ocupação nos setores econômicos. De forma geral, mesmo as atividades que apresentaram grande perda de ocupados tanto na crise de 2015/16 quanto na de 2020, sofreram um impacto mais significativo em 2020 – de modo que, o que foi sentido de impacto setorial negativo ao longo de 2015 e 2016, em 2020, registrou-se grande perda em um período de tempo bem menor.

A Agricultura acumulou em torno de 491 mil ocupações a menos entre 2015 e 2016, em decorrência da crise enfrentada. Já em 2020, enquanto praticamente todos os setores econômicos reduziam bruscamente seu número de ocupados, a Agricultura sofreu bem menos que na crise anterior. Pelo contrário, conseguiu terminar o ano com crescimento em sua população ocupada. Entre os quartos trimestres de 2019 e 2020, a atividade aumentou em 227 mil pessoas seu número de ocupados e foi o setor com melhor desempenho diante da crise causada pela pandemia. Ver **Tabela 3**.

Já na Indústria geral, com a crise de 2015/16, houve uma redução significativa de seu contingente de ocupados. Em dois anos, teve uma perda de quase 2 milhões de empregados. Em 2020, a chegada da crise impactou de forma intensa o setor industrial. A paralisação das atividades e demais medidas de isolamento social levou o setor industrial a reduzir em 1,3 milhão de ocupados em 2020, frente ao ano anterior. O setor de Construção também sofreu com as crises, ainda que de forma menos intensa. Entre 2015 e 2016, o setor acumulou uma perda de 688 mil pessoas ocupadas. Em 2020, o setor sentiu de forma intensa o impacto da chegada da pandemia no país: do primeiro para o segundo trimestre de 2020 o setor perde mais de um milhão de empregados. A atividade apresentou posteriormente leve recuperação, encerrando o ano com uma redução de 802 mil empregos em relação ao ano anterior.

O setor de comércio foi um dos que apresentaram comportamentos opostos quando se comparam as crises de 2015/16 e 2020. Na primeira, em dois anos, o setor passou pela crise com aumento de 113 mil pessoas em novos postos de trabalho. Em 2020, no entanto, com a crise sanitária, as ocupações do setor caíram bruscamente, com quase 2 milhões de ocupados a menos, comparativamente ao quarto trimestre de 2019. O setor de Transporte, armazenagem e correio apresentou movimento similar, com aumento de empregos em 2015/16 e perda intensa em 2020. Com a nova crise, o setor sentiu forte impacto e reduziu em mais de 627 mil seus ocupados.

As atividades de Alojamento e alimentação também apresentaram crescimento de mais de 500 mil empregos em 2015/16. Com a crise de 2020, no entanto, o setor sofre forte impacto e apresenta uma redução de mais de 1,5 milhão de ocupados. Por ser um dos setores de maior fluxo de pessoas, ele tende a ser um dos primeiros a sofrer os impactos e um dos últimos a retornar suas atividades regulares.

No setor de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, o impacto negativo na crise de 2015/16 foi mais intenso que em 2020. Na primeira crise, a atividade acumulou 771 mil reduções em seu contingente empregado em dois anos. Já em 2020, o setor acumulou uma perda de 125 mil empregados ao longo do ano. Por suas características este setor permite o trabalho em *homeoffice*, o que pode explicar ter sido menos atingido que os demais na crise de 2020. A Administração pública

foi o único setor que registrou crescimento em ambas as crises. No período de 2015/16, registrou um aumento 179 mil pessoas e, em 2020, o aumento foi de 112 mil.

Outros serviços e Serviços domésticos foram dois dos principais impactados com a crise de 2020, enquanto em 2015/16 aumentaram seu número de empregados mesmo com a crise. Nas atividades de Outros serviços houve aumento de 96 mil pessoas em 2015/16, enquanto, em 2020, reduziu em quase um milhão. Nos Serviços domésticos o impacto foi ainda mais intenso. Em 2015/16 também apresentou um aumento de 174 mil trabalhadores, no entanto, em 2020, encerrou o ano com uma perda de mais de 1,4 milhão de empregos.

Tabela 3. Ocupados por atividade econômica (em milhares)

Período	2015/16						2020					
	4T/2014		4T/2016		Variação absoluta	Variação relativa	4T/2019		4T/2020		Variação absoluta	Variação relativa
	Abs.	Part.	Abs.	Part.			Abs.	Part.	Abs.	Part.		
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	9.333	10,1%	8.842	9,8%	-491	-5,3%	8.333	8,8%	8.560	9,9%	227	2,7%
Indústria Geral	13.366	14,5%	11.372	12,7%	-1.994	-14,9%	12.166	12,9%	10.914	12,7%	-1.252	-10,3%
Construção	7.737	8,4%	7.049	7,8%	-688	-8,9%	6.820	7,2%	6.018	7,0%	-802	-11,8%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	17.462	18,9%	17.575	19,6%	113	0,6%	18.009	19,1%	16.038	18,6%	-1.971	-10,9%
Transporte, armazenagem e correio	4.239	4,6%	4.592	5,1%	353	8,3%	4.896	5,2%	4.269	5,0%	-627	-12,8%
Alojamento e alimentação	4.292	4,6%	4.811	5,4%	519	12,1%	5.663	6,0%	4.094	4,8%	-1.569	-27,7%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	10.480	11,3%	9.709	10,8%	-771	-7,4%	10.570	11,2%	10.445	12,1%	-125	-1,2%
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	15.309	16,6%	15.488	17,2%	179	1,2%	16.529	17,5%	16.641	19,3%	112	0,7%
Outros serviços	4.198	4,5%	4.294	4,8%	96	2,3%	5.152	5,5%	4.197	4,9%	-955	-18,5%
Serviços Domésticos	5.959	6,5%	6.133	6,8%	174	2,9%	6.391	6,8%	4.969	5,8%	-1.422	-22,3%
Total	92.375	100,0%	89.865	100,0%	-2.510	-2,7%	94.529	100,0%	86.145	100,0%	-8.384	-8,9%

Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE.

De fato, as atividades de maior fluxo de pessoas e contato com o público, como Comércio, Outros Serviços, Alojamento e alimentação e Serviços domésticos sentiram intensamente o impacto da crise de 2020, devido às medidas de isolamento social implementadas para reduzir os efeitos da pandemia. Vale ressaltar, adicionalmente, que são nessas atividades, principalmente, Comércio e Serviços que os informais se encontram em maior proporção, evidenciando a intensa perda de emprego sentida por eles, como será visto a seguir.

Formais x Informais

O Brasil tem uma característica estrutural e histórica significativa de elevado peso do trabalho informal em seu mercado de trabalho. O processo de desenvolvimento da economia brasileira observado no início dos anos 2000 não havia sido capaz de gerar empregos de qualidade o suficiente para a população, e nem de reduzir a informalidade do país (Leone, 2010). Em momentos de crises, esse problema tenderia a se intensificar segundo a tese dualista, na medida em que a população desempregada buscaria abrigo no setor informal.

Os dados das duas crises, entretanto, não confirmam a tese dualista. Nos dois casos, tanto os empregos formais quanto os informais foram duramente atingidos, com mais força em 2020 do que em 2015/16. A taxa de informalidade caiu de 39,0% para 38,7% em 2015/16 e de 41,6% para 40,3% ao longo de 2020. Na realidade, o aumento da informalidade ocorreu no triênio 2017/19 entre as duas crises.

A principal diferença entre as duas crises foi o volume de empregos perdidos tanto no formal quanto no informal. Na primeira houve perda de 1,3 milhão de ocupações formais e 1,2 milhão de informais. Na segunda foram 3,8 milhões e 4,6 milhões, respectivamente.

Analisando o impacto inicial da pandemia, na passagem do primeiro para o segundo trimestre, a redução foi de quase 6 milhões de informais e cerca de 3 milhões de formais. Reforçando, portanto, a argumentação de que o impacto sobre os trabalhadores informais pode ser muito mais forte do que sobre o formal no início de uma crise econômica (Roubaud et al, 2020). Observa-se, portanto, nesse impacto inicial da pandemia, que 2/3

dos empregos perdidos eram oriundos da informalidade⁷. As diferenças ficam ainda mais marcantes quando é feita a comparação em termos percentuais. Na crise de 2020 a queda do emprego formal foi de 6,9%, enquanto atingiu 11,6% para os informais. Já na crise de 2015/16, as reduções foram, respectivamente, 2,3% e 3,5%.

A **Tabela 4** apresenta dados mais desagregados de posição na ocupação nas duas crises. O que mais impressiona é a disseminação e o volume da queda de ocupados nas mais distintas posições, tanto entre formais quanto informais, especialmente em 2020. As principais diferenças ocorreram entre os empregados do setor privado sem carteira e trabalhadores domésticos sem carteira. Nos dois casos, houve preservação do emprego em 2015/16 e forte queda em 2020. Outro destaque são os trabalhadores por conta própria não contribuintes, cuja queda em 2020 foi quase o triplo da verificada em 2015/16. Nos três casos são posições na ocupação típicas da informalidade. Há também grandes diferenças no volume de empregos formais perdidos entre nas duas crises como no caso dos empregadores formais que cresceram na primeira crise e despencaram na segunda.

Os dados desagregados de posição na ocupação confirmam o impacto da crise de 2015/16 tanto no trabalho formal quanto no informal, e o maior impacto da crise de 2020 sobre o trabalho informal. Embora algumas ocupações informais tenham sido preservadas na crise de 2015/2016, no conjunto as teses dualistas ficam comprometidas ao se analisarem as duas últimas crises econômicas do país.

⁷ Cabe destacar que o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) implementado pelo governo federal foi importante para amenizar o impacto nos empregos formais, ao mesmo tempo em que o Auxílio Emergencial foi fundamental para complementar a renda dos trabalhadores informais durante o ano de 2020.

Tabela 4. Ocupações em 2015/16 e 2020 (em milhares)

Período	2015/16						2020					
	4T/2014		4T/2016		Variação absoluta	Variação relativa	4T/2019		4T/2020		Variação absoluta	Variação relativa
	Abs.	Part.	Abs.	Part.			Abs.	Part.	Abs.	Part.		
Formais	56.379	61,0%	55.103	61,3%	-1.276	-2,3%	55.240	58,4%	51.430	59,7%	-3.810	-6,9%
Informais	36.017	39,0%	34.768	38,7%	-1.249	-3,5%	39.312	41,6%	34.749	40,3%	-4.563	-11,6%
Empregado no setor privado com carteira de trabalho (exceto trabalhador doméstico)	36.350	39,3%	33.894	37,7%	-2.456	-6,8%	33.668	35,6%	29.885	34,7%	-3.783	-11,2%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho (exceto trabalhador doméstico)	10.420	11,3%	10.457	11,6%	37	0,4%	11.855	12,5%	9.985	11,6%	-1.870	-15,8%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho	1.913	2,1%	1.941	2,2%	28	1,5%	1.770	1,9%	1.281	1,5%	-489	-27,6%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	4.038	4,4%	4.142	4,6%	104	2,6%	4.585	4,8%	3.621	4,2%	-964	-21,0%
Empregado no setor público com carteira de trabalho	1.372	1,5%	1.141	1,3%	-231	-16,8%	1.190	1,3%	1.194	1,4%	4	0,3%
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	2.292	2,5%	2.030	2,3%	-262	-11,4%	2.498	2,6%	2.310	2,7%	-188	-7,5%
Empregado no setor público militar e funcionário público estatutário	7.880	8,5%	8.029	8,9%	149	1,9%	7.950	8,4%	8.658	10,0%	708	8,9%
Empregador que contribui para a Previdência Social	2.897	3,1%	3.212	3,6%	315	10,9%	3.248	3,4%	2.821	3,3%	-427	-13,1%
Empregador que não contribui para a Previdência Social	1.026	1,1%	915	1,0%	-111	-10,8%	1.194	1,3%	1.101	1,3%	-93	-7,8%
Conta-própria que contribui para Previdência Social	5.967	6,5%	6.886	7,7%	919	15,4%	7.410	7,8%	7.591	8,8%	181	2,4%
Conta-própria que não contribui para Previdência Social	15.670	17,0%	15.135	16,8%	-535	-3,4%	17.147	18,1%	15.681	18,2%	-1.466	-8,5%
Trabalhador familiar auxiliar	2.571	2,8%	2.089	2,3%	-482	-18,7%	2.033	2,2%	2.051	2,4%	18	0,9%
Total	92.396	100,0%	89.871	100,0%	-2.525	-2,7%	94.548	100,0%	86.179	100,0%	-8.369	-8,9%

Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE.

Rendimentos

Em uma crise econômica convencional, é razoável que observemos uma redução na renda média dos trabalhadores. Em linha com a tese dualista, é comum que haja um aumento dos informais no mercado de trabalho, em decorrência de demissões e redução da formalidade no país. Como os empregos informais, em geral, recebem menor renda que os empregados formais, os rendimentos tendem a diminuir. No entanto, na crise de 2020, como descrito anteriormente, os informais foram os principais afetados pela crise econômica. Em decorrência disso, o rendimento médio nacional habitualmente recebido registrou um aumento significativo⁸.

Na crise de 2015/16, tanto o rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos quanto o do trabalho principal apresentaram redução até meados de 2016 devido aos efeitos da própria crise. Em 2020, no entanto, o resultado apresentado é o oposto: com a chegada do coronavírus e como efeito do isolamento, o rendimento médio recebido habitualmente registrou aumento significativo até o terceiro trimestre do ano. No quarto trimestre apresentou leve redução, à medida que os informais retornavam ao trabalho, mas encerrou o ano com rendimento médio habitualmente recebido em maior nível que o início do ano. Ver **Tabela 5**.

⁸ Outra possível causa para esse movimento é a alteração do método de captação de informações da PNAD Contínua pelo IBGE, que deixou de ser presencial e passou a ser por telefone, por conta da pandemia – causando um aumento das não respostas na pesquisa (Carvalho, 2021).

Tabela 5: Rendimentos e Massa Salarial em 2015/16 e 2020 (em R\$)

Período	2015/16				2020			
	4T/2014	4T/2016	Variação absoluta	Variação relativa	4T/2019	4T/2020	Variação absoluta	Variação relativa
Rendimento médio de todos os trabalhos, habitualmente recebido	2.429	2.363	-66	-2,7%	2.440	2.507	67	2,7%
Rendimento médio de todos os trabalhos, efetivamente recebido	2.436	2.436	0	0,0%	2.534	2.508	-26	-1,0%
Rendimento médio do trabalho principal, habitualmente recebido	2.364	2.296	-68	-2,9%	2.357	2.438	81	3,4%
Rendimento médio do trabalho principal, efetivamente recebido	2.371	2.369	-2	-0,1%	2.453	2.441	-12	-0,5%
Massa de rendimento do trabalho principal, habitualmente recebido (em milhares)	145.961	138.459	-7.502	-5,1%	146.315	138.759	-7.556	-5,2%
Massa de rendimento do trabalho principal, efetivamente recebido (em milhares)	147.189	146.375	-814	-0,6%	156.433	144.466	-11.967	-7,6%

Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD Contínua.

Nota: Foi utilizado o deflator médio do último trimestre de coleta divulgado. Coleta: 4º trimestre de 2020.

A PNADC disponibiliza o rendimento médio dos trabalhadores separado em efetivamente e habitualmente recebido. O rendimento médio efetivo se refere à renda que realmente foi recebida no período de referência, enquanto o rendimento médio habitual é quanto o trabalhador costuma receber pelo trabalho.

Usualmente, para eventuais análises conjunturais, se utiliza o rendimento médio habitualmente recebido, pois este não apresenta sazonalidade. Vale destacar, contudo, o comportamento excepcional observado entre os rendimentos habitualmente e efetivamente recebidos em 2020. Em toda sua série, as duas séries caminham em níveis similares, em especial, no segundo trimestre de cada ano. Em geral, segundo Carvalho (2020), excluídos efeitos de sazonalidade, os rendimentos habitualmente e o efetivamente recebidos apresentam movimentos semelhantes. No ano de 2020, o movimento foi o contrário. Enquanto o rendimento médio habitualmente recebido pelos trabalhadores

batia sua máxima histórica, o efetivamente recebido alcançava o segundo menor nível da série – tanto para o trabalho principal como para as rendas recebidas de todos os trabalhos. Recomenda-se, portanto, a análise da renda efetiva no período de pandemia para observar os efeitos da crise sanitária nos rendimentos de trabalho.

Esse comportamento pode ser explicado, segundo Duque (2020), pela manutenção dos trabalhadores mais produtivos no mercado de trabalho no período, que possuem rendimentos mais altos. O IBGE, ao realizar a pesquisa no período de pandemia, orientou os entrevistados a responderem seu rendimento habitualmente recebido antes da pandemia. Com isso, a permanência dos trabalhadores formais na população ocupada, aliada a saída de trabalhadores mais vulneráveis, resultou em um aumento da renda média habitual dos trabalhadores (Carvalho, 2021).

Comparação similar pode ser realizada com a massa de rendimentos dos trabalhadores. Dentro do contexto de efeitos da pandemia, a massa de rendimento habitualmente recebido registrou queda no encerramento do ano de 2020, devido à forte redução da população ocupada. Já na massa salarial efetivamente recebida, a redução foi ainda mais intensa – reforçando o efeito mais forte da redução da renda dos trabalhadores menos produtivos e mais vulneráveis nos rendimentos efetivos em comparação ao habitual. Em 2015/16 o efeito da crise sobre a massa de rendimentos efetivamente recebido foi bem menos intenso.

4 Conclusão

Ao longo do artigo foi possível observar o impacto significativo na economia após a crise de 2015/16, alterando negativamente a estrutura do mercado de trabalho do país. Entre os resultados, destacam-se a forte elevação do desemprego e da subutilização da força de trabalho. Após a breve recuperação de 2017/2019, o ano de 2020, diante da pandemia, tornou ainda mais crítica a situação socioeconômica do Brasil, com mais impactos negativos no mercado de trabalho.

Na última seção, foi possível ver como as crises de 2015/16 e a de 2020 impactaram de forma distinta o mercado de trabalho em diversos aspectos. Ainda que na primeira se apresentasse uma piora em alguns indicadores, em 2020 a piora foi generalizada e com movimentos nunca vistos anteriormente. Cabe ressaltar, no entanto, que o impacto observado durante a crise de 2015/16 se deu ao longo de dois anos, enquanto a de 2020 foi de um único ano e, por vezes, uma piora significativa em menos de um ano completo.

Como já ressaltado, é natural observar um crescimento na força de trabalho ao longo dos anos, mesmo em eventuais crises, dado o próprio crescimento da população – e foi o que aconteceu em 2015/16. Em 2020, no entanto, observou-se um movimento diferente. A crise socioeconômica causada pela pandemia levou a um movimento de saída da população da condição de ocupada diretamente para fora da força de trabalho, ao invés de passar pela condição de desocupado. O cenário de medidas sanitárias e cuidados com a saúde, aliado à dificuldade de se conseguir emprego em uma crise, que afetou fortemente a economia, levou à uma saída da população da força de trabalho com as pessoas desistindo de procurar emprego. Processo este que leva também ao aumento significativo da força de trabalho potencial e subutilizada. Portanto, esse movimento fez com que a população desocupada aumentasse relativamente pouco, em especial, nos primeiros meses da pandemia.

Ainda que alguns indicadores tenham apresentado melhora no fechamento de 2020 e início de 2021, uma análise do quadro geral mostra um sinal de alerta no mercado de trabalho brasileiro. Como ressaltado em Lameira (2021), ainda que a taxa de desemprego esteja em patamar elevado, ela está sendo beneficiada pela forte redução da população na

força de trabalho. Adicionalmente, o forte crescimento da sub ocupação e do desalentado reforça o cenário de preocupação.

Entre as atividades econômicas, foi possível observar um maior impacto da crise de 2020 no setor de serviços, a qual possui o maior peso na economia brasileira e emprega contingente significativo. Este movimento é diferente do observado na crise de 2015/16, pelo contrário, as atividades de serviços foram as que haviam inclusive apresentado crescimento. De fato, foram as ocupações que possuem o maior fluxo de pessoas e contato físico que sofreram as maiores reduções na crise de 2020, limitadas pelas medidas sanitárias de controle da pandemia. Além disso, também são as atividades que mais possuem trabalhadores informais.

Em uma análise mais segmentada, em 2020, registrou-se forte impacto no trabalho informal, diferentemente do que ocorreu em 2015/16 e em outras crises convencionais. Ainda que em ambas as crises tenha havido perda tanto no formal quanto no informal, a redução da força de trabalho observada em 2020 foi significativamente maior, principalmente, quando se olha para os informais. Nesse contexto, a retração observada se deu de forma mais significativa entre os empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira, além de trabalhadores por conta própria não contribuintes, predominantes no setor de serviços.

A partir da redução mais que proporcional dos trabalhadores informais, observou-se um aumento do rendimento médio em 2020. Como, em geral, os informais recebem rendas menores, a saída deles do mercado de trabalho levou a um aumento da renda média da população, diferentemente do que ocorreu em 2015/16 quando houve redução da média nacional. Por outro lado, analisando a massa de rendimento recebida, observou-se uma redução mais significativa em 2020 comparativamente a 2015/16 – reforçando a deterioração do mercado de trabalho e da renda efetivamente recebida pela população.

Em linhas gerais, portanto, o que se observou foi um impacto mais generalizado na crise de 2020 causada pela pandemia, comparado a 2015/16, sobretudo, no mercado de trabalho informal. Este cenário reforça a fragilidade enfrentada por esses trabalhadores, que se viram sem opção diante das medidas sanitárias necessárias para controle do contágio, saindo da força de trabalho ocupada diretamente para a inatividade.

Uma última conclusão importante é a não observação do que seria esperado pela tese dualista, no sentido de aumento da participação do segmento informal da economia em períodos de crise econômica. Tanto na crise de 2015/16 quanto em 2020 o que se nota com clareza é a redução do trabalho informal, especialmente em 2020, quando foi atingido com muito mais intensidade do que o formal. Certamente, o impacto no último ano poderia ter sido ainda mais intenso caso não houvesse os auxílios financeiros para famílias e empresas. Nesse sentido, para a retomada da atividade econômica e recuperação do mercado de trabalho nacional, a atuação do governo como suporte à ala mais necessitada e impactada pela crise é crucial.

Bibliografia

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD COVID-19. Carta de Conjuntura (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), 2020.

CARVALHO, S. S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – Resultados da PNAD Contínua em 2020. Carta de Conjuntura (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), 2021.

DUQUE, D. “Decomposição mostra que impacto da pandemia influenciou a renda média positivamente”. Blog do Ibre, set/2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/decomposicao-mostra-que-impacto-da-pandemia-influenciou-renda-media-positivamente>

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P., Migration, unemployment, and development: A two sector analysis, American Economic Review, vol. 60, n. 1, p. 126-42, 1970.

LAMEIRAS, M. Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano. Carta de Conjuntura n. 51. Nota de Conjuntura 6, 2º trimestre, 2021.

LEONE, E. T. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. ILO, 2010.

LEWIS W. A. Economic development with unlimited supplies of labor », Manchester School, vol. 28, n. 2, p. 139-191, 1954.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Panorama do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018. XXIV Encontro Nacional de Economia política. 2019.

RAZAFINDRAKO, M. et al. Crises, informalité et reconfigurations sur le marché du travail: quatre décennies de bouleversements économiques au Brésil, Texto para Discussão 017, Instituto de Economia, UFRJ, 2021.

SABOIA, J.; KUBRUSLY, L. Evolução das Ocupações no Brasil no Crescimento e na Crise – Um Estudo dos Subgrupos Principais no Período 2003/2017. Rio de Janeiro: Texto para Discussão 023, Instituto de Economia, UFRJ, 2019.

SABOIA, J. A Pandemia Mudou o Mercado de Trabalho no Brasil? In: IGUAL-DESIGUAL: HISTÓRIA E ECONOMIA DAS DESIGUALDADES ANTES, DURANTE E APÓS A PANDEMIA. Rio de Janeiro, 2020.

SABOIA, J.; GOMES, G.; NEVES, F. B. Evolução da Geração de Empregos Formais no Brasil no Período 2004/2019 segundo Grandes Grupos e Subgrupos Principais–Um Enfoque Ocupacional. Rio de Janeiro: Texto para Discussão 043, Instituto de Economia, UFRJ, 2020.

ROUBAUD et. al. 2020. Conceitos, definições e mensuração do trabalho informal no Brasil. Rio de Janeiro: Texto para Discussão 031, Instituto de Economia, UFRJ, 2020.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. Brazilian Journal of Political Economy, v. 26, n. 4, p. 596-618, 2006

ANEXO: Tabela A1. Coeficientes de Correlação entre as variáveis do mercado de trabalho – 2012/2020

	População na força de trabalho	Pessoas ocupadas	Pessoas desocupadas	População fora da força de trabalho	Informais	População na força de trabalho potencial	População subutilizada	População desalentada	Formais
População na força de trabalho	-	0,58	0,70	0,07	0,51	0,25	0,55	0,61	0,37
Pessoas ocupadas	0,58	-	-0,17	-0,61	0,78	-0,55	-0,31	-0,23	0,75
Pessoas desocupadas	0,70	-0,17	-	0,61	-0,06	0,78	0,94	0,94	-0,21
População fora da força de trabalho	0,07	-0,61	0,61	-	-0,49	0,88	0,74	0,74	-0,44
Informais	0,51	0,78	-0,06	-0,49	-	-0,22	-0,03	0,01	0,16
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	-0,24	0,58	-0,79	-0,80	0,19	-0,96	-0,93	-0,89	0,71
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	0,48	0,69	-0,02	-0,51	0,97	-0,19	0,00	0,04	0,06
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0,02	0,50	-0,42	-0,84	0,17	-0,80	-0,64	-0,62	0,61
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	0,66	0,85	0,05	-0,64	0,88	-0,35	-0,07	-0,02	0,41
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	0,21	-0,18	0,41	0,78	-0,06	0,70	0,58	0,61	-0,22
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	-0,55	0,10	-0,75	-0,46	0,32	-0,41	-0,56	-0,60	-0,18
Empregado no setor público militar e funcionário público estatutário	0,82	-0,47	0,57	0,93	-0,48	0,76	0,64	0,66	-0,22
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	0,49	0,30	0,33	0,34	0,42	0,40	0,43	0,48	0,03
Empregador	0,91	0,43	0,72	0,27	0,41	0,41	0,64	0,70	0,24
População na força de trabalho potencial	0,25	-0,55	0,78	0,88	-0,22	-	0,93	0,91	-0,62
População subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	0,55	-0,31	0,94	0,74	-0,03	0,93	-	0,98	-0,45
População desalentada	0,61	-0,23	0,94	0,74	0,01	0,91	0,98	-	-0,37
Formais	0,37	0,75	-0,21	-0,44	0,16	-0,62	-0,45	-0,37	-
Conta-própria que NÃO contribui para PS	0,67	0,75	0,15	-0,25	0,90	-0,04	0,16	0,21	0,23
Conta-própria que CONTRIBUI para PS	0,78	0,09	0,87	0,59	-0,04	0,61	0,77	0,82	0,18
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-0,72	0,03	-0,90	-0,67	0,04	-0,74	-0,86	-0,89	0,01
Indústria Geral -	-0,43	0,45	-0,91	-0,75	0,34	-0,85	-0,89	-0,90	0,35
Construção -	-0,36	0,45	-0,83	-0,82	0,19	-0,94	-0,94	-0,89	0,51
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	0,66	0,92	-0,01	-0,57	0,61	-0,51	-0,23	-0,15	0,81
Transporte, armazenagem e correio	0,94	0,50	0,71	0,13	0,48	0,34	0,59	0,67	0,27
Alojamento e alimentação	0,97	0,57	0,68	0,05	0,53	0,27	0,55	0,62	0,33
Informação, comunicação e atividades financeiras	0,50	0,42	0,24	0,29	0,28	0,16	0,25	0,28	0,36
Administração pública, defesa, seguridade	0,68	0,05	0,78	0,70	0,08	0,73	0,80	0,86	0,00
Outros serviços	0,93	0,57	0,62	0,16	0,60	0,34	0,57	0,64	0,26
Serviços Domésticos	0,50	0,82	-0,11	-0,80	0,68	-0,58	-0,30	-0,26	0,57

Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Tabela A1. Continuação

	Empregado no setor privado c/ carteira assinada	Empregado no setor privado s/ carteira assinada	Trabalhador doméstico c/ carteira assinada	Trabalhador doméstico s/ carteira assinada	Empregado no setor público c/ carteira assinada	Empregado no setor público, militar e funcionário público estatutário	Empregado no setor público s/ carteira assinada	Empregador	Conta-própria que NÃO contribui para PS	Conta-própria que CONTRIBUI para PS
População na força de trabalho	-0,24	0,48	0,02	0,66	-0,55	0,82	0,49	0,91	0,67	0,78
Pessoas ocupadas	0,58	0,69	0,50	0,85	0,10	-0,47	0,30	0,43	0,75	0,09
Pessoas desocupadas	-0,79	-0,02	-0,42	0,05	-0,75	0,57	0,33	0,72	0,15	0,87
População fora da força de trabalho	-0,80	-0,51	-0,84	-0,64	-0,46	0,93	0,34	0,27	-0,25	0,59
Informais	0,19	0,97	0,17	0,88	0,32	-0,48	0,42	0,41	0,90	-0,04
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	-	0,13	0,73	0,30	0,40	-0,66	-0,31	-0,36	0,04	-0,55
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	0,13	-	0,18	0,88	0,29	-0,50	0,31	0,38	0,81	-0,09
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0,73	0,18	-	0,49	0,13	-0,76	-0,40	-0,22	0,04	-0,30
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	0,30	0,88	0,49	-	0,07	-0,58	0,25	0,49	0,78	0,08
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	-0,57	-0,14	-0,78	-0,31	-0,15	0,80	0,76	0,40	0,10	0,52
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	0,40	0,29	0,13	0,07	-	-0,53	-0,03	-0,51	0,09	-0,79
Empregado no setor público militar e funcionário público estatutário	-0,66	-0,50	-0,76	-0,58	-0,53	-	0,29	0,30	-0,24	0,63
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	-0,31	0,31	-0,40	0,25	-0,03	0,29	-	0,58	0,48	0,47
Empregador	-0,36	0,38	-0,22	0,49	-0,51	0,30	0,58	-	0,53	0,78
População na força de trabalho potencial	-0,96	-0,19	-0,80	-0,35	-0,41	0,76	0,40	0,41	-0,04	0,61
População desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	-0,93	0,00	-0,64	-0,07	-0,56	0,64	0,43	0,64	0,16	0,77
População desalentada	-0,89	0,04	-0,62	-0,02	-0,60	0,66	0,48	0,70	0,21	0,82
Formais	0,71	0,06	0,61	0,41	-0,18	-0,22	0,03	0,24	0,23	0,18
Conta-própria que NÃO contribui para PS	0,04	0,81	0,04	0,78	0,09	-0,24	0,48	0,53	-	0,26
Conta-própria que CONTRIBUI para PS	-0,55	-0,09	-0,30	0,08	-0,79	0,63	0,47	0,78	0,26	-
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0,67	0,05	0,48	-0,04	0,71	-0,66	-0,51	-0,83	-0,19	-0,91
Indústria Geral	0,85	0,27	0,51	0,26	0,77	-0,69	-0,21	-0,48	0,12	-0,78
Construção	0,91	0,17	0,72	0,27	0,45	-0,74	-0,40	-0,52	0,00	-0,66
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	0,53	0,55	0,57	0,82	-0,17	-0,43	0,16	0,50	0,61	0,23
Transporte, armazenagem e correio	-0,31	0,47	-0,05	0,60	-0,52	0,18	0,48	0,88	0,65	0,77
Alojamento e alimentação	-0,24	0,52	0,01	0,68	-0,50	0,09	0,49	0,93	0,66	0,73
Informação, comunicação e atividades financeiras	-0,04	0,14	-0,36	0,16	-0,17	0,42	0,52	0,59	0,48	0,47
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	-0,64	0,02	-0,56	0,02	-0,56	0,74	0,72	0,75	0,33	0,89
Outros serviços	-0,28	0,56	-0,17	0,62	-0,39	0,20	0,65	0,93	0,73	0,71
Serviços Domésticos	0,52	0,68	0,79	0,91	0,06	-0,72	0,00	0,26	0,57	-0,03

Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE

Tabela A1. Continuação

	Agríc., pecuária, prod. florestal, pesca e aqüicultura	Indústria Geral	Construção	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	Adm. pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	Outros serviços	Serviços Domésticos
População na força de trabalho	-0,72	-0,43	-0,36	0,66	0,94	0,97	0,50	0,68	0,93	0,50
Pessoas ocupadas	0,03	0,45	0,45	0,92	0,50	0,57	0,42	0,05	0,57	0,82
Pessoas desocupadas	-0,90	-0,91	-0,83	-0,01	0,71	0,68	0,24	0,78	0,62	-0,11
População fora da força de trabalho	-0,67	-0,75	-0,82	-0,57	0,13	0,05	0,29	0,70	0,16	-0,80
Informais	0,04	0,34	0,19	0,61	0,48	0,53	0,28	0,08	0,60	0,68
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	0,67	0,85	0,91	0,53	-0,31	-0,24	-0,04	-0,64	-0,28	0,52
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	0,05	0,27	0,17	0,55	0,05	0,52	0,14	0,02	0,56	0,68
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0,48	0,51	0,72	0,57	-0,05	0,01	-0,36	-0,56	-0,17	0,79
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	-0,04	0,26	0,27	0,82	0,60	0,68	0,16	0,02	0,62	0,91
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	-0,59	-0,44	-0,67	-0,30	0,25	0,19	0,56	0,81	0,39	-0,56
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	0,71	0,77	0,45	-0,17	-0,52	-0,50	-0,17	-0,56	-0,39	0,06
Empregado no setor público militar e funcionário público estatutário	-0,66	-0,69	-0,74	-0,43	0,18	0,09	0,42	0,74	0,20	-0,72
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	-0,51	-0,21	-0,40	0,16	0,48	0,49	0,52	0,72	0,65	0,00
Empregador	-0,83	-0,48	-0,52	0,50	0,88	0,93	0,59	0,75	0,93	0,26
População na força de trabalho potencial	-0,74	-0,85	-0,94	-0,51	0,34	0,27	0,16	0,73	0,34	-0,58
População desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	-0,86	-0,89	-0,94	-0,23	0,59	0,55	0,25	0,80	0,57	-0,30
População desalentada	-0,89	-0,90	-0,89	-0,15	0,67	0,62	0,28	0,86	0,64	-0,26
Formais	0,01	0,35	0,51	0,81	0,27	0,33	0,36	0,00	0,26	0,57
Conta - própria que NÃO contribui para PS	-0,19	0,12	0,00	0,61	0,65	0,66	0,48	0,33	0,73	0,57
Conta - própria que CONTRIBUI para PS	-0,91	-0,78	-0,66	0,23	0,77	0,73	0,47	0,89	0,71	-0,03
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	-	0,79	0,81	-0,09	-0,73	-0,74	-0,49	-0,88	-0,74	0,15
Indústria Geral	0,79	-	0,81	0,26	-0,49	-0,42	-0,03	-0,71	-0,37	0,36
Construção	0,81	0,81	-	0,41	-0,41	-0,37	-0,33	-0,75	-0,43	0,49
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	-0,09	0,26	0,41	-	0,56	0,65	0,32	0,05	0,56	0,84
Transporte, armazenagem e correio	-0,73	-0,49	-0,41	0,56	-	0,94	0,42	0,71	0,91	0,43
Alojamento e alimentação	-0,74	-0,42	-0,37	0,65	0,94	-	0,46	0,65	0,95	0,50
Informação, comunicação e atividades financeiras	-0,49	-0,03	-0,33	0,32	0,42	0,46	-	0,56	0,62	-0,05
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	-0,88	-0,71	-0,75	0,05	0,71	0,65	0,56	-	0,74	-0,20
Outros serviços	-0,74	-0,37	-0,43	0,56	0,91	0,95	0,62	0,74	-	0,37
Serviços Domésticos	0,15	0,36	0,49	0,84	0,43	0,50	-0,05	-0,20	0,37	-

Fonte: Processamento dos autores a partir da PNADC/IBGE